RELATÓRIO INTEGRAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

OUTUBRO de 2017

CPA / FGP

MARÇO / 2018

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Apresentamos o relatório parcial de Outubro de autoavaliação institucional da Faculdade G&P referente ao ano de 2017. A partir da página 23, o Relatório Integral contemplando as avaliações referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017, como estabelecido pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065 de 09/10/2014, item 5, validado pela CPA e apresentado ao INEP/MEC em 31 de março de 2018 e a partir da pagina 40, a analise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento de avaliação Institucional externa.

APRESENTAÇÃO

A avaliação institucional interna (autoavaliação) está inserida no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior e a expansão da sua oferta.

De acordo com o disposto no inciso VIII do Art. 3º, da Lei do Sinaes, o "planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional" devem ser considerados nas ações de avaliação e de desenvolvimento institucional. Ainda no Art. 3º, § 2º, define-se que "para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa **in loco**".

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

O processo de autoavaliação da IES deverá ser consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa.

Para colaborar com as IES nesse processo, a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES)[1], do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)[2], autarquia do Ministério da Educação (MEC), com a orientação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) sugeriu o roteiro que adotamos para a elaboração deste Relatório de Autoavaliação Institucional, baseado no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (Publicado no DOU em 4 de fevereiro de 2014, Portaria N° 92, de 31 de janeiro de 2014) e obedecendo a NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES No 065.

1. Introdução

A Faculdade Gennari e Peartree – FGP é uma instituição de ensino com a tradição da marca de sua mantenedora a G&P Projetos e Sistemas S/A, caracterizada e pautada pelo seu compromisso com a qualidade. Os seus cursos superiores de graduação tecnológica e bacharelado são adequados às necessidades do mercado de trabalho e também às da sociedade, com uma relação qualidade e custo equilibrada para seus alunos.

Localizada na cidade de Pederneiras, região centro-oeste de São Paulo, a FGP foi credenciada em 13 de julho de 2001, iniciando suas atividades acadêmicas no ano de 2002, com os cursos de graduação em: Administração com Gestão de Informática e Sistemas de Informação. Em maio desse mesmo ano, foram oferecidos dois cursos de pós-graduação, nível de especialização: Administração de Banco de Dados com ênfase em Oracle e Desenvolvimento de Aplicações Oracle, com grande aceitação pela comunidade local e regional. Muitos profissionais desta área,

[1] BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa N$^{o.}$ 40 de 12 de dezembro de 2007, consolidada em 29 de dezembro de 2010. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Seção II, Art. 13-A, parágrafo único.

[2] BRASIL. Lei N$^{o.}$ 10.861 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Art. 8º. Publicada no D.O.U de 15 de abril de 2004.

atuantes no mercado de trabalho, interessados pelos cursos o que repercutiu em muito na melhoria de sua qualificação profissional.

A CPA é composta pelos seguintes membros:

Prof. Gilberto Vieira	• Presidente da CPA e representante Docente do Curso de Sistema de Informação
Prof. André Sebastião de Almeida Júnior	• Representante Docente do Curso de Administração de Empresas.
William Galassi	• Representante do Corpo Técnico Administrativo.
Douglas Henrique de Oliveira Reis Peixinho	• Representante Discente do Curso de Sistemas de Informação.
Luiz Alberto Silveira Junior	• Representante Discente do Curso de Administração
Claudete Ap. Lorenzetti	• Representante da Sociedade Civil

Planejamento Estratégico e a Proposta de Avaliação Institucional

A implantação de uma avaliação não se resume em reunir dados só por fazê-lo, ou em mensurar algo só porque um instrumento está disponível. Os esforços são definidos por valores e metas que determinam o uso das informações.

A avaliação está vinculada à qualidade e exigirá que alunos, professores e funcionários técnico-administrativos informem a Instituição sobre a relevância de suas atividades.

A avaliação deve ser um processo permanente a ser utilizado como instrumento para identificar problemas, corrigir erros e introduzir as mudanças que signifiquem uma melhoria imediata da qualidade do ensino.

O Projeto de Avaliação Institucional da Faculdade tem como principais objetivos:

a) Coletar dados, analisá-los e torná-los possíveis de serem usados nas tomadas de decisões, visando à melhoria na qualidade de ensino.

b) Autoconhecimento institucional, mensurar seus pontos fortes e fracos.

c) Acompanhar o desenvolvimento dos cursos em relação à qualidade do ensino e quanto ao alcance dos objetivos do P.P.C.

d) Continuidade do processo avaliativo, buscando a consolidação do Projeto Institucional e possibilitar que a IES reflita sobre suas práticas e consiga fazer uma análise construtiva.

e) Buscar a excelência na gestão acadêmica e institucional e

f) Observar se o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o PPC de Curso estão em consonância com as propostas da CPA.

A FGP segue os seguintes princípios norteadores em seu Projeto de Avaliação:

a) Mostrar a importância de autocrítica para a busca do crescimento;

b) Realizar sempre todas as atividades com muita seriedade, transparência e ampla legitimidade;

c) Criar um clima na instituição que esteja aberto a mudanças;

d) Possibilitar a melhoria das atividades acadêmicas;

e) Assegurar a divulgação dos resultados para toda a comunidade e o debate dos assuntos levantados e

f) Não utilizar a avaliação para punir ou premiar alguém ou alguma área.

A definição da metodologia de avaliação caberá à Comissão Permanente de Avaliação Institucional, conforme regulamento que indicará os ritmos, prazos e dinâmicas do processo de avaliação. A CPA define também a elaboração dos instrumentos avaliativos, devendo tais definições a ser registradas em documento específico.

Os métodos de pesquisa de caráter quantitativo são importantes, porém se forem os únicos aplicados, podem se tornar insuficientes. Entende-se ser fundamental o uso de metodologias qualitativas para melhores análises e aprofundamento dos problemas, ajudando a buscar aspectos fortes, carências, necessidades e definições de prioridades institucionais.

A distribuição dos relatórios será acompanhada de reunião com docentes e coordenadores de curso, para análise e discussão dos resultados e determinação dos procedimentos que deverão ser adotados a partir deles.

No momento da distribuição dos questionários para os discentes entende-se ser de extrema importância a presença de membros da CPA para esclarecimentos necessários e, sobretudo, para observação dos ambientes escolares.

São as seguintes as metas definidas:

a) Envolver toda a IES para que participe ativamente e com consciência no processo da Avaliação Institucional;

b) Efetuar a auto avaliação, analisando os seguintes itens: corpo docente, corpo discente, infraestrutura, gestão administrativa e os cursos;

c) Divulgar para toda a comunidade acadêmica os resultados da auto avaliação institucional e

d) Realizar reuniões com as áreas responsáveis e acompanhar se foram determinadas prioridades e prazos com base nos resultados da auto avaliação.

Para atuação estratégia da CPA, foram definidas as seguintes ações e metas, definidas no sistema definido pelo quadro a seguir:

METAS	**AÇÕES**		
Número	**Ação**	**Ordem**	**Tipo**
1	Planejamento da Avaliação Institucional	1	Planejamento da Avaliação Institucional.
		2	Encontros para sensibilização de toda comunidade acadêmica.
2	Diagnóstico da Instituição, pelos alunos	3	Elaboração do instrumento de sondagem.
		4	Aplicação do instrumento de sondagem na ótica dos alunos: Sondagem das expectativas dos serviços oferecidos; Sondagem das expectativas da avaliação da infra-estrutura; Sondagem das expectativas dos professores na ótica dos alunos;
		5	Tabulação dos dados das sondagens das expectativas dos alunos
		6	Parecer parcial do diagnóstico dos alunos
3	Diagnóstico da Instituição, pelos professores	7	Elaboração do instrumento de sondagem.
		8	Aplicação do instrumento de sondagem na ótica dos professores: Sondagem dos serviços oferecidos pelos setores Sondagem das expectativas da avaliação da infra-estrutura;
		9	Tabulação dos dados das sondagens das expectativas dos professores.
		10	Parecer parcial do diagnóstico dos docentes
4	Diagnóstico da Instituição, pelos funcionários técnico-administrativos	11	Elaboração do instrumento de sondagem.
		12	Aplicação do instrumento de sondagem na ótica dos colaboradores técnico-administrativo:

			Sondagem dos serviços oferecidos pelos setores Sondagem das expectativas da avaliação da infra-estrutura;
		13	Tabulação dos dados das sondagens das expectativas dos colaboradores técnico-administrativo.
		14	Parecer parcial do diagnóstico dos colaboradores técnico-administrativo.
5	Divulgação dos resultados parciais	15	Encontros para divulgação dos resultados parciais
6	Divulgação dos resultados finais	16	Elaboração do relatório final sobre o ciclo da avaliação institucional.
		17	Divulgação dos resultados finais da avaliação institucional.
7	Reavaliação dos quesitos da avaliação institucional	18	Reformulação dos formulários de sondagem

Quadro 1: Sistema estratégico para atuação da CPA.

A autoavaliação institucional, a partir de sua especificidade, deverá considerar:

I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização quanto ao seu desenvolvimento e produção acadêmica;

III - a responsabilidade social da Faculdade, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - a comunicação com a sociedade;

V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI - organização e gestão da Faculdade, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação

com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII - infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional;

IX - políticas de atendimento aos estudantes e

X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Este relatório integral de 2017 refere-se à segunda fase da autoavalição neste ano sendo o primeiro realizado em junho passado. Com periodicidade semestral de pesquisa, entende-se que há um acompanhamento mais próximo das dificuldades e ações mais rápidas em solucioná-las, bem como dos resultados positivos alcançados.

2. Metodologia

A pesquisa foi realizada no período de 30 de Outubro a 01 de Novembro. As classes foram separadas por curso e período, deslocadas aos laboratórios de informática, a fim de responderem questões concernentes à avaliação institucional, atendendo aos requisitos exigidos quanto à concepção, os princípios e as dimensões do SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Para cada curso/sala/período foi disponibilizado um *link* hospedado em www.encuestafacil.com com as questões da pesquisa sendo também o mesmo instrumento utilizado pelos docentes e ao pessoal técnico-administrativo.

Baseado na tabulação das informações considerou-se como **aprovado** a soma dos conceitos "bom", "ótimo" e "excelente" nas análises e inferências dos resultados apresentados por todos os cursos e, em algumas questões por curso e turma individualmente em que o mesmo foi mais significativo. Concomitante a isto, considerou-se como **reprovado** a soma dos conceitos, "ruim" e "péssimo".

3. Desenvolvimento, análise dos dados e das informações.

CORPO DISCENTE

Está apresentado na Tabela 1 o universo dos estudantes regularmente matriculados em cada curso e o total da amostra dos que participaram da pesquisa. Houve nesta pesquisa uma participação mais expressiva em comparação com a anterior, feita em outubro de 2016, isto é, dos 51,48% dos que participaram da pesquisa, nesta chegou-se a 64,54%.

Ainda em razão da crise econômica que passa o nosso país, tem-se refletido na queda de alunos matriculados a cada semestre desde 2015. No final de 2016 dos 169 alunos regularmente matriculados chegou-se ao final de 2017 com 141, isto é, uma queda de 16,57%. Este resultado se explica pela conclusão dos alunos do 4º ano do curso de Sistemas de Informação e também pela baixa demanda pelo curso no ano de 2017. A procura foi insuficiente para abertura de turma no primeiro ano, sendo o mesmo fato ocorrido em 2016. Com isto tem-se uma lacuna no curso, funcionando normalmente o 3º e 4º anos. Quanto ao curso de Administração a queda foi dos 119 matriculados em 2016 para 109 em 2017, variação essa de menos 8,40%.

Tabela 1 – Total por cursos de alunos matriculados e que participaram da pesquisa.

CURSOS	N	%	MATRICULADOS
A D M	71	65,14	109
S I S	20	62,50	32
TOTAL	**91**	**64,54**	**141**

N = amostra

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Houve aprovação de 96,75% na avaliação em relação a sua própria evolução em relação aos conhecimentos da área e tudo o que estudou no curso. Com 98% de aprovação foi atribuída a qualidade de ensino, infraestrutura oferecida, corpo

docente e grade curricular. A FGP de uma maneira geral obteve aprovação com 98,67% e aos serviços educacionais em 87,33%.

Com referência as práticas acadêmicas do corpo docente podem-se considerar resultados excelentes. Houve uma variação de aprovação de 91,42% para as estratégias de avaliação da aprendizagem do aluno a 99,33% para planejamento de aulas. Dentro deste intervalo foram atribuídos à apresentação do cronograma de aulas, ao domínio do conteúdo aplicado, pontualidade no cumprimento do horário das aulas e dos prazos com documentos, trabalhos e provas, utilização de livros textos, relação do conteúdo técnico com a prática profissional, manutenção da disciplina durante as aulas, estratégias de apresentação dos conteúdos, solução de dúvidas dos alunos e bibliografia sugerida. Apenas a revisão de conteúdos recebeu aprovação de 87,42% que também pode-se considerar altamente significativo este resultado.

Os resultados neste eixo mostram claramente o alto nível de satisfação e qualidade da instituição na prestação de serviços educacionais. Em relação aos resultados da pesquisa anterior, isto é, outubro de 2016, vem se mantendo em alto nível com resultados bem próximos dos atuais, o que demonstra o compromisso do corpo docente com a FGP.

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Na avaliação do grau de conhecimento, ou seja, conheço muito, conheço e desconheço, a soma dos dois primeiros e em ordem decrescente as avaliações tiveram resultados de; 93,83% aos objetivos do curso, 93,58% para a matriz curricular, 85,25% ao projeto pedagógico, 83,42% a responsabilidade social, cultural e ambiental, 77,42% a missão da FGP e 76,92% a iniciação científica. Estes resultados são próximos da pesquisa feita em outubro de 2016. São resultados que podem ser melhorados se forem reforçados ainda mais durante o próximo ano letivo, por parte dos envolvidos que são; direção, coordenações e professores.

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas

A biblioteca continua sendo muito bem avaliada, pois obteve uma aprovação acima de 87,75% até 95,92% para a qualidade e quantidade do acervo de livros, qualidade e quantidade do acervo de revistas e periódicos, atualização e consulta dos livros, revistas e periódicos e ao serviço de empréstimo.

No mesmo nível de aprovação de 96,08% foi atribuída a articulação dos objetivos do curso com a matriz curricular e a relação entre a teoria do curso com a prática profissional. Segue-se com 93,83% de aprovação a articulação da formação do curso com o mercado de trabalho, 85,75% as atividades de monitoria, 83,92% ao apoio da FGP as atividades de pesquisa e 83,33% a extensão universitária (palestras, visitas técnicas, seminários). Com estes resultados pode-se inferir que a FGP continua permanentemente em busca de um nível ótimo a excelente na qualidade dos dois cursos oferecidos.

Os discentes fizeram uma autoavaliação em que tiveram de optar por assiduamente, sempre, as vezes e nunca. Considerando os resultados em ordem decrescente a soma de **as vezes** e **nunca** os resultados foram: 62% se frequentam a biblioteca e utilizam o acervo (livros, revistas, jornais, dentre outros), 60,75% se fazem exercícios fora da sala de aula para fixar conteúdo, 60,17% se participam de algum grupo de estudo, 43,83% se estudam regularmente (caderno, apostila, livro texto, dentre outros e 24,17% se são pontuais e respeitam os horários das aulas (entrada e saída). Esses resultados demonstram o comportamento dos estudantes e que necessitam de ações motivadoras por parte das coordenações e professores, objetivando a sua melhoria contínua.

Na avaliação da comunicação da FGP, houve uma aprovação dos alunos em 89% quanto à divulgação de vagas de estágio e trabalho, 88,75% a divulgação de eventos, 85,17% a redes sociais, 85% a divulgação de notícias da FGP (*News, e.marketing*, etc), 69,67% ao *site* da FGP (atualização e informações) e 69,58% para a área do aluno no *site* da FGP (atualização e informações). Neste bloco de avaliação houve uma sensível melhora nos resultados comparados a pesquisa feita em outubro de 2016. Denota-se então que as providências tomadas pela direção têm surtido os efeitos esperados.

Na avaliação da qualidade dos serviços prestados e equipamentos da FGP, por apresentarem resultados significativos, os mesmo estão demonstrados na Tabela 2 para melhor análise e interpretação.

Tabela 2 – Resultados quanto à qualidade dos serviços prestados.

S e r v i ç o s	**Aprovação %**	**Reprovação %**
Projetores multimídia	83,67	16,33
Micros dos laboratórios	73,75	26,25
Micros da biblioteca	63,42	36,58
Acesso à *Internet* nos laboratórios	59,25	40,75
Acesso à *Internet* sem fio	44,17	55,83

Aprovação = Soma dos conceitos bom, ótimo e excelente.

Reprovação = Soma dos conceitos ruim e péssimo.

Os resultados apresentados na Tabela 2 tem sido recorrentes nos últimos anos e que mereceu uma atenção mais detalhada em localizar as razões. Pode-se observar que na média, ou seja, 64,85% dos estudantes aprovam a qualidade e equipamentos da FGP.

Como já levantado e mencionado na pesquisa anterior, isto é, outubro de 2016, este alto índice de descontentamento se deve aos 31 bloqueios de *sites* não pedagógicos, que acessados trazem enormes transtornos aos usuários, que são professores na utilização em suas disciplinas ministradas e aos alunos. Entre tantos estão bloqueados o facebook.com; instagram.com; twitter.com; teamviewer.com; anydesk.com; Skype.com; onedrive.com; www.youtube.com; netflix.com; vimeo.com; e outros. Sugere-se um trabalho mais intenso de conscientização e de melhor clareza das razões destes bloqueios, para que os estudantes compreendam e utilizem corretamente as ferramentas disponíveis.

Nas questões específicas aos alunos do 3º e 4º anos dos cursos de Administração e Sistemas de Informação, expressaram aprovação quanto ao atendimento e serviços prestados pela supervisão de estágio em 98,25%, sendo 85% atribuídos pelo curso de ADM e 100% do curso de SIS. Os alunos de SIS aprovaram com 100% a coordenação do projeto de graduação. O mesmo ocorreu

com os alunos de ADM, em que aprovaram com 100% a orientação do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).

Aos mesmos estudantes foi solicitado avaliação da relação com as instituições onde são realizados os estágios, onde resultou em aprovação de 93,25% na média dos dois cursos. Individualmente os alunos de ADM aprovaram com 97,50% e de SIS com 89%. Aprovação de 90,50% foi creditada a aceitação das instituições em receber os estagiários da FGP.

- Eixo 4: Políticas de Gestão

Na opinião dos estudantes quanto aos atendimentos e serviços prestados pelos diversos setores estão apresentados na Tabela 3, que oferece uma visão mais completa deste eixo.

Tabela 3 – Atendimentos e serviços prestados pelos diversos setores da FGP.

S e r v i ç o s	**Aprovação %**	**Reprovação %**
Secretaria acadêmica	100,00	0,00
Limpeza	99,17	0,83
Direção acadêmica	96,25	3,75
Comercial/Marketing/Eventos	95,75	4,25
Tesouraria	95,58	4,42
Coordenação acadêmica	94,75	5,25
Biblioteca	93,00	7,00
Recepção	92,83	7,17
Suporte de informática	92,25	7,75
Cantina	85,92	14,08
Manutenção predial	85,67	14,33
Reprografia (xerox)	71,67	28,33

Aprovação = Soma dos conceitos bom, ótimo e excelente.

Reprovação = Soma dos conceitos ruim e péssimo.

Os resultados deste eixo têm-se mantido elevados, conforme as pesquisas anteriores, que pode-se concluir no geral de ótima qualidade o atendimento e serviços prestados pelos diversos setores da FGP.

- Eixo 5: Infraestrutura Física

Estão apresentados os resultados na Tabela 4, o nível de satisfação manifestados pelos estudantes da FGP, na avaliação da infraestrutura física, no que se referem as condições das instalações como; capacidade, iluminação, ventilação e acomodação. Podem ser observados índices altamente significativos, pois os limites de variação vão de 71,67% até 100%. Os valores dados a este eixo na pesquisa realizada em outubro de 2016 foram menores, e que pelas providências tomadas pela direção resultaram em melhores índices de satisfação nesta pesquisa. Apenas destacando os laboratórios de informática e cantina que ficaram com valores menores.

Tabela 4 – Infraestrutura física referente às condições de instalações (capacidade, iluminação, ventilação e acomodações).

S e r v i ç o s	**Aprovação %**	**Reprovação %**
Campus FGP	99,17	0,83
Estacionamento	99,17	0,83
Auditório	98,67	1,33
Salas de estudos em grupo (biblioteca)	94,75	5,25
Espaço para estudo individual (biblioteca)	94,75	5,25
Biblioteca	93,17	6,83
Sanitários	92,08	7,92
Salas de aula	89,08	10,92
Cantina	83,50	16,50
Laboratórios de informática	77,33	22,67
Reprografia (xerox)	70,08	29,92

Aprovação = Soma dos conceitos bom, ótimo e excelente.

Reprovação = Soma dos conceitos ruim e péssimo.

Ao final da pesquisa, os estudantes tiveram a oportunidade de apresentarem até seis críticas negativas e seis positivas, não sendo as mesmas obrigatórias.

Elencando as críticas negativas, em grande parte repetiram os conceitos dados nas questões dos eixos acima, principalmente relacionados a *Internet*. Há certa contradição, pois muitos solicitaram providências quanto às salas de aulas no tocante ao ar condicionado e iluminação, sendo que o resultado da pesquisa neste item foi aprovado com 89,08%. Do mesmo modo solicitaram mais iluminação e pavimentação para o estacionamento que também foi aprovado com 99,17%. Pela porcentagem de desaprovação não condiz com a quantidade de críticas a esses itens. Porém, muitas foram as críticas para a falta de palestras relacionadas ao curso pelos alunos de SIS. Os estudantes de SIS em grande parte apontaram negativamente a falta de saídas HDMI nos projetores e também em relação a iluminação e funcionamento inconstante do ar condicionado nos laboratórios. Dentre todas as opiniões, grande parte apontou como pontos negativos a falta de mais iluminação para a quadra de esporte e melhor controle da portaria para o trânsito de pessoas adentrando no campus, ou seja, pessoas estranhas à faculdade. Sugeriram a implantação de catraca de acesso. Vale registrar apenas uma menção a falta de estrutura própria para guardar bicicleta.

Quanto às críticas positivas, a maioria dos estudantes também apresentaram os itens descritos e comentados em cada eixo acima. Todas as salas de ADM e SIS apontaram quase unanimemente a alta qualificação, comprometimento do quadro de professores, da acessibilidade ao diretor da faculdade e da atenção dos colaboradores da secretaria, financeiro, biblioteca, suporte de informática e limpeza. Também em grande parte elogiaram o nome forte da faculdade que transmite seriedade e qualidade no mercado com os dois cursos oferecidos. Os discentes de Administração colocaram como ponto alto, a quantidade e qualidade das palestras.

- Geral

Diante de todos os resultados pormenorizados em que os estudantes expressaram suas opiniões, uma questão importante que resume todo o conceito que têm da instituição, estão nos resultados alcançados quando avaliaram no Eixo 1

(página 9), como consideram de uma maneira geral a FGP, que são apresentados na Tabela 5 e comparados com duas avaliações anteriores.

Tabela 5 - Como os alunos consideram a FGP de um modo geral.

C O N C E I T O S	% ATRIBUÍDA		
	OUT/2016	JUN/2016	OUT/2017
EXCELENTE	22,83	25,34	17,84
ÓTIMO	39,67	39,58	49,50
BOM	37,34	33,58	31,33
RUIM	0,00	0,00	1,33
PÉSSIMO	0,16	1,50	0,00

Comparando-se os resultados atuais com as avaliações anteriores, pode-se constatar que mantêm-se os níveis dos conceitos "bom" a "excelente", 99,84%, 98,50% e 98,67% respectivamente nos períodos estudados. Na avaliação dos serviços educacionais oferecidos pela FGP, houve uma aprovação de 100% por parte dos estudantes de Administração e 94,67% dos estudantes de Sistemas de Informação. Tais resultados demonstram mais uma vez que as posturas adotadas pela direção, coordenações dos cursos, corpo docente e demais setores de suporte, estão na direção correta e com sucesso, manifestada pelos estudantes dos dois cursos oferecidos.

CORPO DOCENTE

De um total de 20 docentes, 15 responderam a pesquisa totalizando 75% deles. Proporção superior a pesquisa feita em outubro de 2016 (60%) e a de junho de 2017 que foi de 43,48%.

- Eixo 1: Planejamento e avaliação institucional

Aos serviços prestados pelos diversos setores foi atribuído 86% de aprovação a reprografia (xerox) e a manutenção predial (conservação, manutenção civil e elétrica). Todos os demais itens foram aprovados em 100%, que são; direção, coordenações e secretaria acadêmica, tesouraria/financeiro, RH/DP, comercial/*marketing*/eventos, biblioteca, suporte de informática, limpeza, cantina e manutenção externa (jardim, gramado, estacionamento, etc.).

- Eixo 2: Desenvolvimento institucional

Foi avaliado em conheço muito, conheço e desconheço, e a soma dos dois primeiros foi considerada como resultado satisfatório e desconheço como insatisfatório. Para melhor visualização e análise dos resultados, a tabulação dos dados resultou na Tabela 6. Vale esclarecer que nem todos os docentes ministram aulas nos dois cursos.

Tabela 6 – Grau de conhecimento do corpo docente sobre:

	Satisfatório	**Insatisfatório**
	%	**%**
Missão da FGP	100	0
Objetivos do curso que leciona – ADM	100	0
Objetivos do curso que leciona – SIS	100	0
Projeto pedagógico do curso que leciona - ADM	86	14
Projeto pedagógico do curso que leciona - SIS	86	14
Matriz curricular do curso que leciona - ADM	100	0

Matriz curricular do curso que leciona - SIS	100	0
Iniciação científica e pesquisa	86	14
Responsabilidade social, cultural e ambiental.	100	0
Programa de monitoria	86	14

Satisfatório = Soma dos conceitos conheço muito e conheço.
Insatisfatório = Resultado de desconheço.

Apesar de estes itens serem referenciados e discutidos nas reuniões pedagógicas no início do ano letivo, há necessidade de mais envolvimento e conscientização dos professores em se inteirarem sobre o projeto pedagógico do curso que leciona, iniciação científica e pesquisa assim como do programa de monitoria. Cada um destes documentos é de fácil acessibilidade.

- Eixo 3: Políticas acadêmicas

Na avaliação da comunicação organizacional dos setores e serviços desenvolvidos pela FGP, apenas a direção acadêmica e a biblioteca foram considerados ruim na opinião de 14%. Com 100% de aprovação foram atribuídos às coordenações e secretaria acadêmica, tesouraria/financeiro, RH/DP, comercial/*marketing*/eventos, suporte técnico, divulgação de notícias da FGP, *site* da FGP: atualizações e informações e redes sociais.

Foram unânimes em aprovarem 100%, ou seja, a soma de bom, ótimo e excelente, a articulações dos objetivos dos cursos com a matriz curricular de Administração e Sistemas de Informação e as articulações da formação do curso com o mercado de trabalho. Da mesma forma ao apoio da FGP as atividades de pesquisa, a extensão universitária (palestras, visitas técnicas, seminários) e as atividades de monitoria.

Está demonstrado na Tabela 7 o conceito que os docentes atribuíram à biblioteca. Chama a atenção itens avaliados como ruins e péssimos, que diferem significativamente da avaliação feita pelos discentes. É uma questão a ser mais bem analisada, pois os estudantes utilizam todas as bibliografias por iniciativa própria

para atualizarem-se e aprofundarem seus conhecimentos e que foram indicados pelos professores em suas respectivas disciplinas.

Mas, se observado cada item com resultados de excelente, ótimo e bom, pode-se concluir ainda assim que a biblioteca foi muito bem avaliada pelos docentes.

Tabela 7 – Avaliação da Biblioteca pelos docentes em %.

Avaliação sobre:	**E**	**O**	**B**	**R**	**P**
Qualidade do acervo de livros	29	29	43	0	0
Quantidade do acervo de livros	29	43	14	14	0
Qualidade do acervo de revistas e periódicos	29	29	43	0	0
Quantidade do acervo de revistas e periódicos	29	43	14	14	0
Atualização do acervo de livros	29	14	29	14	14
Atualização do acervo de revistas e periódicos	29	14	29	29	0
Consulta ao acervo de livros, revistas e periódicos.	29	29	43	0	0
Serviço de empréstimos	43	29	29	0	0
Aquisição de livros e revistas sugeridos	29	14	29	29	0

0E = excelente, O = ótimo, B = bom, R = ruim e P = péssimo.

Quanto à avaliação da qualidade dos serviços e equipamentos da FGP, e considerando a soma de bom, ótimo e excelente, 100% aprovaram os projetores de multimídia. Em 86% de aprovação ao acesso a *Internet* nos laboratórios, micros dos laboratórios e os da biblioteca. Com 83% de aprovação foram creditados ao acesso a *Internet* sem fio. Com estes resultados conclui-se que os serviços e equipamentos oferecidos pela FGP atendem satisfatoriamente o corpo docente em suas disciplinas.

- Eixo 4: Políticas de gestão

No que se referem aos atendimentos prestados pelos diversos setores da FGP, apenas a reprografia (xerox) foi reprovada em 14%. Considerando a soma dos conceitos bom, ótimo e excelente, os docentes atribuíram 100% a direção, coordenações e secretaria acadêmica, tesouraria/financeiro, RH/DP, comercial/*marketing*/eventos, suporte de informática, biblioteca e cantina.

Todos os professores atribuíram conceitos de bom a excelente para o relacionamento profissional e pessoal com a direção, coordenações e secretaria acadêmica, com o comercial/*marketing*/eventos, com a tesouraria/financeiro, com suporte técnico, com os demais docentes e discentes do curso que leciona. Todos os docentes consideraram de bom a excelente o seu cumprimento de horário, tanto início como término das aulas e no cumprimento de prazos com documentos, lançamentos, etc.

- Eixo 5: Infraestrutura física

A avaliação referiu-se as condições das instalações, isto é, capacidade física, capacidade de atendimento, iluminação, ventilação, climatização e acomodação. Com conceito ruim em 14% foi dado à reprografia (xerox). Os demais foram aprovados em 100% que são; campus, estacionamento, sala dos professores, salas de coordenação, secretaria acadêmica, tesouraria/financeiro, RH/DP, salas de aula, sala do suporte técnico, laboratórios de informática, biblioteca, salas de estudos em grupo (biblioteca), espaço individual na biblioteca, auditório, sanitários e a cantina.

Foi solicitado aos docentes que apontassem no máximo cinco pontos negativos ou fracos da instituição, que podem ser melhorados, alterados ou implantados. Foram mencionados a iluminação das salas de aula, a falta de estrutura para captação de água da chuva, a falta de maior incentivo à iniciação científica, empresa júnior, a falta de comunicação entre os coordenadores e a atualização do acervo.

Também foi solicitado aos docentes que apontassem no máximo cinco pontos positivos ou fortes da FGP. Foi citado pela maioria a seriedade e comprometimento por toda a equipe FGP e que isso tem resultado em reconhecimento pelo mercado. Foram também citados a qualidade dos TCCs, a qualidade e preocupação dos professores em preparar o aluno para o mercado de trabalho. Também como ponto forte, a transparência e credibilidade da direção e das coordenadoras. Destacaram a melhora significativa do RH/DP e sugerem a criação de novos cursos e graduação.

PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Do total de 13, responderam a pesquisa 11 deles (84,62%), índice bastante significativo de participação, cujos resultados se seguem.

- Eixo 1: Planejamento e avaliação institucional

Os setores avaliados foram; direção, coordenações, tesouraria/financeiro, recursos humanos, comercial/*marketing*/eventos, biblioteca, suporte de informática, limpeza e manutenção predial interna e externa. Todos atribuíram conceitos de bom a excelente para os serviços prestados pelos setores avaliados, ou seja, aprovação de 100%. Somente a secretaria acadêmica foi aprovada com 91%.

- Eixo 2: Desenvolvimento institucional

Do pessoal técnico/administrativo 82% responderam que conhecem e conhecem muito a missão da FGP e responsabilidade social, cultural e ambiental. Ainda nesta mesma linha de avaliação, 64% deles o plano de carreira.

- Eixo 3: Políticas acadêmicas

Avaliou-se a comunicação dos setores e serviços desenvolvidos, sendo conceituado em 100% a soma de bom, ótimo e excelente a direção, coordenações e secretaria acadêmica, tesouraria/financeiro, RH/DP, comercial/*marketing*/eventos, suporte técnico, biblioteca e *site* da FGP: atualização e informações. Com aprovação de 91% para a divulgação de eventos e notícias da FGP.

- Eixo 4: Políticas de gestão

Foram unânimes nos conceitos atribuídos em suas avaliações de bom a excelente, isto é, aprovação de 100% ao relacionamento profissional e pessoal com a direção, coordenações e secretaria acadêmica, com o pessoal do comercial/*marketing*/eventos, com suporte técnico, com os docentes e discentes e com as equipes de faxina e manutenção predial interna e externa. Todos responderam que respeitam o cumprimento de horários. Deve-se ressaltar que estes resultados positivos vêm se repetindo das pesquisas passadas.

- Eixo 5: Infraestrutura física

A avaliação referiu-se as condições das instalações, isto é, capacidade física, capacidade de atendimento, iluminação, ventilação, climatização e acomodação. Todos aprovaram em 100%, que seja a soma dos conceitos bom, ótimo e excelente, o campus, estacionamento, sala dos professores e das coordenadoras, tesouraria/financeiro, salas de aula, sala do RH/DP, laboratórios de informática, biblioteca, salas de estudos em grupo e espaço individual de estudo localizado na biblioteca, auditório e cantina. 91% aprovaram a secretaria acadêmica, suporte técnico e sanitários. Apenas as dependências da reprografia (xerox) teve aprovação de 82%.

Na avaliação das condições de trabalho na FGP, foram unânimes em atribuir conceitos de bom a excelente para as condições de acessibilidade às instalações da faculdade. Aprovação em 91% foram para o local de trabalho, materiais utilizados

em quantidade e qualidade, acesso aos equipamentos de informática e aos equipamentos de segurança.

Ao expressarem o que consideram como pontos negativos, relataram a necessidade de melhoria da comunicação entre os setores e principalmente a falta de rigor da portaria no acesso ao campus com controle para maior segurança. Também relataram a demora no *feedback* nas solicitações, pontualidade e provedor de *internet*.

Foram apontados como pontos positivos a flexibilidade, socialização e interação de todo o quadro de colaboradores da FGP, o que proporciona um clima familiar. Ainda dentro dos fatores positivos a infraestrutura da faculdade, a liberdade de trabalho, a missão e o nome FGP perante a cidade e região.

RELATÓRIO INTEGRAL

CORPO DISCENTE

Pode-se observar na Tabela 8 o universo dos estudantes regularmente matriculados em cada curso e o total da amostra dos que participaram das avaliações nos três anos de referência. Constata-se uma participação estatisticamente significativa, mas que podem ser ainda melhorados. Por outro lado ficam evidenciados os reflexos negativos originados em 2014 pelo início da crise econômica em nosso país. Na comparação de 2015 a 2017, tem-se uma queda de -41,08% na demanda pelo curso de Administração. Já no curso de Sistemas de Informação esta queda resultou em -56,16%, não sendo viável a formação de novas turmas em 2016 e 2017. Verifica-se este mesmo cenário em muitas IES da região.

Tabela 8 – Total por curso de alunos matriculados e os que participaram das pesquisas.

	2.015		2.016		2.017		T O T A L	
CURSOS	**N**	**Ma**	**N**	**Ma**	**N**	**Ma**	**N**	**Ma**
A D M	141	185	62	119	71	109	274	413
S I S	45	73	25	50	20	32	90	155
TOTAL	**186**	**258**	**87**	**169**	**91**	**141**	**364**	**568**
Part. (%)	**72,09**		**51,48**		**64,54**		**64,08**	

N = amostra e Ma = matriculados

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Houve nos três períodos avaliados resultados altamente expressivos próximos de 98%, referentes às avaliações em relação a sua própria evolução em

relação aos conhecimentos da área, a tudo o que estudou no curso, a qualidade de ensino, infraestrutura oferecida, corpo docente e grade curricular e aos serviços educacionais oferecidos pela faculdade. Da mesma forma a aprovação foi elevada quando solicitado que avaliassem A FGP de uma maneira geral, que resume o sentimento acadêmico teórico e prático em relação ao curso escolhido.

Com referência as práticas acadêmicas do corpo docente podem-se considerar resultados excelentes nos três períodos avaliados. Houve uma constância de resultados nas aprovações próximos de 90% em todos os itens desta dimensão. Foram avaliadas as estratégias de avaliação da aprendizagem do aluno, planejamento de aulas, apresentação do cronograma de aulas, domínio do conteúdo aplicado, pontualidade no cumprimento do horário das aulas e dos prazos com documentos, trabalhos e provas. As avaliações comtemplaram ainda a utilização de livros textos, relação do conteúdo técnico com a prática profissional, manutenção da disciplina durante as aulas, estratégias de apresentação dos conteúdos, solução de dúvidas dos alunos, bibliografia sugerida e revisão de conteúdos.

Portanto, os resultados deste eixo mostram claramente o alto nível de satisfação e qualidade da instituição na prestação de serviços educacionais, o que demonstra o compromisso do corpo docente com a FGP quando apresentados e solicitados pela direção e coordenações acadêmicas.

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Na avaliação do grau de conhecimento, ou seja, conheço muito, conheço e desconheço a soma dos dois primeiros os resultados são estatisticamente muito satisfatórios, pois tiveram índices acima de 80% os objetivos do curso, a matriz curricular, o projeto pedagógico, a responsabilidade social, cultural e ambiental, a missão da FGP. Apenas a iniciação científica obteve um resultado menor, isto é, no período de 2015 a 2017 foram respectivamente, 77,75%, 74,33% e 76,92%. Isso evidência o interesse dos estudantes em disciplinas e atividades voltadas para o mercado de trabalho.

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Nos três anos de avaliações da biblioteca, resultaram em níveis de satisfação em torno de 90% quanto a qualidade e quantidade do acervo de livros, qualidade e quantidade do acervo de revistas e periódicos, atualização e consulta dos livros, revistas e periódicos e ao serviço de empréstimo. Cabe ressaltar que no período estudado houve preocupação em investimentos no acervo, seja na aquisição e atualização, bem como no profissionalismo e competência da bibliotecária.

Nas três avaliações anuais a FGP conquistou resultados acima de 82% nos níveis de aprovação atribuídos a articulação dos objetivos do curso com a matriz curricular, na relação entre a teoria do curso com a prática profissional e na articulação da formação do curso com o mercado de trabalho. Do mesmo modo as atividades de monitoria, ao apoio da FGP as atividades de pesquisa e a extensão universitária (palestras, visitas técnicas, seminários). São resultados de avaliações bastante otimistas que selam um dos objetivos da FGP na busca permanente e contínua de um nível ótimo a excelente na qualidade dos dois cursos oferecidos.

Nesta dimensão os discentes fizeram uma autoavaliação em que tiveram de optar por assiduamente, sempre, as vezes e nunca, em relação ao seu interesse e comportamento extra sala. Considerando os resultados de bom, ótimo e excelente, ou seja, a soma de **assiduamente e sempre**, pelos períodos (anos) avaliados e, levando-se em conta a média desses valores, segue uma análise individual de cada quesito solicitado, apresentado na Tabela 9.

Considerando os resultados obtidos pela biblioteca que constam no primeiro parágrafo deste eixo e frequência assídua no item 1 da Tabela 9, percebe-se claramente que todos os estudantes a conhecem, mas na média 37,38% deles têm o hábito em sua utilização para pesquisas e estudos. Também conclui-se que a maior parte deles frequentam eventualmente a biblioteca e encontram os materiais desejados.

Em relação ao hábito e disciplina em estudar regularmente (item 2), tem-se na média que 58,60% dos discentes têm esse costume, destacando o ano de 2016 em que 63,50% declararam tal prática. Esses resultados reforçam a prática em geral de que “os alunos estudam na véspera de prova”.

Os resultados item 3 obtidos nos três períodos se fazem exercícios fora da sala de aula para fixar conteúdos, resultaram numa média de 46,31%, reforçando a análise descrita anteriormente, inclusive com destaque para o ano de 2016.

Tabela 9 – Resultados da soma de assiduamente e sempre em porcentagem (%).

V o c ê : -	**2015**	**2016**	**2017**	**MÉDIA**
1. Frequenta a biblioteca e utiliza todo o acervo?	35,13	39,00	38,00	37,38
2. Estuda regularmente (caderno, apostila, livro texto ou outros)?	56,13	63,50	56,17	58,60
3. Faz exercícios fora da sala para fixar conteúdo?	49,50	50,17	39,25	46,31
4. Participa de algum grupo de estudo?	34,38	34,00	39,83	36,07
5. É pontual e respeita os horários das aulas (entrada e saída)?	74,00	62,50	75,83	70,78

Já no que se refere ao item 4 se participam de algum grupo de estudo, observa-se que os resultados são baixos sendo a média de 36,07% o envolvimento deles. De acordo com conversas informais dos membros da CPA com os discentes, isto se deve ao horário de trabalho semanal a cumprir e grande parte deles são oriundos de cidades da região.

Ao avaliarem a sua pontualidade e respeito aos horários das aulas, item 5, tanto na entrada como na saída, a média nos três anos foi de 70,78%. Vários alunos relataram o horário apertado entre a saída do trabalho, fazer um lanche e a chegada a faculdade é bem apertado mesmo residindo em Pederneiras. Outros que se deslocam de cidades próximas, mencionaram em grande parte ao atraso do ônibus coletivo destinado especificamente ao transporte escolar até a faculdade, e até mesmo no horário de retorno as suas cidades, tendo que sair uns cinco minutos antes do final da aula.

Para melhor demonstração dos resultados, análise e interpretações, está apresentado na Tabela 10 os questões solicitadas no que se referem a comunicação da FGP. De modo geral pode-se constatar aprovação significativa no tocante as

divulgações de eventos, notícias da FGP e de vagas de estágio e trabalho, bem como em relação à redes sociais, que resultaram numa média nos períodos analisados próximos de 84%.

Tabela 10 – Resultados da soma de bom, ótimo e excelente na avaliação da comunicação da FGP em porcentagem (%).

Como você avalia: -	**2015**	**2016**	**2017**	**MÉDIA**
1. Divulgação de eventos	84,63	76,67	88,75	83,35
2. Divulgação de notícias da FGP (*News, e.marketing,*etc)	81,75	84,17	85,00	83,64
3. Divulgação de vagas de estágio e trabalho	85,88	85,17	89,00	86,68
4. *Site* da FGP (atualizações/informações)	74,25	82,33	69,67	75,42
5. Área do aluno no *site* da FGP (atualizações/informações)	75,88	79,67	69,58	75,04
6. Redes sociais	76,88	82,33	85,17	81,46

Em 2017 houve uma queda acentuada em torno dos 14% na aprovação do *site* da FGP e a área do aluno. Neste ano o *site* sofreu uma reestruturação que por sua vez pode explicar as menores aprovações. Deve-se comparar com o site anterior e verificar se há falhas ou se não compreenderam o novo.

Na avaliação da qualidade dos serviços prestados e equipamentos da FGP, por apresentarem resultados significativos, os mesmo estão demonstrados na Tabela 11. Para melhor análise e interpretação, estão tabulados em porcentagens de aprovação em ordem decrescente, que são a somas de bom, ótimo e excelente.

Observa-se na Tabela 11, que é muito satisfatório o nível de aprovação dos projetores de multimídia que na média dos três períodos resultou em 86,79% e dos micros dos laboratórios com 73,78%. Um pouco abaixo dessas médias e resultados praticamente constantes foram atribuídos aos micros da biblioteca em 64,68% e em 62,04% para o acesso a *Internet* nos laboratórios. Com nível significativo de insatisfação cada vez maior tem sido debitado ao acesso à *Internet* sem fio, que em no período de 2015 a 2017 resultaram em aprovação de 50,25%, 46,50% e 44,17% respectivamente nos anos avaliados, o que resulta numa média de 46,97%.

Tabela 11 - Avaliação da qualidade dos serviços prestados e equipamentos da FGP em porcentagem (%)

S E R V I Ç O S	2015	2016	2017	MÉDIA
Projetores multimídia	90,38	86,33	83,67	86,79
Micros dos laboratórios	66,25	81,33	73,75	73,78
Micros da biblioteca	64,13	66,50	63,42	64,68
Acesso à *Internet* nos laboratórios	61,38	65,50	59,25	62,04
Acesso à *Internet* sem fio	50,25	46,50	44,17	46,97

Aprovação = Soma dos conceitos bom, ótimo e excelente

Em contatos informais com os discentes feitos pela CPA, este alto índice de descontentamento se deve aos 31 bloqueios de *sites* não pedagógicos, que acessados trazem enormes transtornos aos usuários, que são professores na utilização em suas disciplinas ministradas e aos alunos. Esses fatos são apresentados e esclarecidos pelo corpo docente no inicio do ano letivo, e tudo indica que muitos não compreendem ou esquecem-se dos efeitos negativos que trazem ao bom andamento dos trabalhos pedagógicos desenvolvidos na FGP. Entre tantos estão bloqueados o facebook.com; instagram.com; twitter.com; teamviewer.com; anydesk.com; Skype.com; onedrive.com; www.youtube.com; netflix.com; vimeo.com; e outros.

Nas questões específicas aos alunos do 3º e 4º anos dos cursos de Administração e Sistemas de Informação, expressaram aprovação quanto ao atendimento e serviços prestados pela supervisão de estagio em 75,50% em 2015, 91,25% em 2016 e 92,50% em 2017. Observa-se uma evolução altamente qualitativa nos anos de 2016 e 2017. Nos períodos avaliados mantiveram-se em níveis elevados, próximos de 96% as aprovações às orientações de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) para o curso de Administração e coordenação do projeto de graduação do curso de Sistemas de Informação. Portanto estas tarefas foram bem conduzidas e reconhecidas pelos estudantes.

Os mesmos estudantes do 3º e 4º anos dos dois cursos avaliaram a relação com as instituições onde são realizados os estágios bem como a aceitação das instituições em receber os estagiários da FGP. Nos três anos as pesquisas

resultaram em aprovações próximos de 90%. Isso explica e reforça o conceito que a FGP tem na sociedade de Pederneiras assim como na região.

- Eixo 4: Políticas de Gestão

Na opinião dos estudantes quanto aos atendimentos e serviços prestados pelos diversos setores estão apresentados na Tabela 12, que oferece uma visão mais completa deste eixo, segundo a sua aprovação. Em 2017 foi implantado o setor Comercial/*Marketing*/Eventos e que pelo nível de aprovação dos estudantes, teve sucesso nos trabalhos realizados.

Tabela 12 – Aprovação aos atendimentos e serviços prestados pelos diversos setores da FGP em porcentagem (%).

S E R V I Ç O S	**2015**	**2016**	**2017**	**MÉDIA**
Direção acadêmica	95,25	97,50	96,25	96,33
Coordenação acadêmica	94,88	95,00	94,75	94,88
Secretaria acadêmica	94,38	98,50	100,00	97,63
Comercial/*Marketing*/Eventos	-	-	95,75	95,75
Tesouraria/Financeiro	97,38	98,83	95,58	97,26
Biblioteca	96,63	97,50	93,00	95,71
Suporte de informática	88,13	86,00	92,25	88,79
Cantina	83,25	90,00	85,92	86,39
Reprografia (xerox)	79,38	85,50	71,67	78,85
Recepção	83,75	87,83	92,83	88,14
Limpeza	96,75	99,50	99,17	98,47
Manutenção predial	88,63	87,83	85,67	87,38

Aprovação = Soma dos conceitos bom, ótimo e excelente.

Para maior clareza análise dos resultados apresentados na Tabela 12, deve-se comparar os índices tabulados por ano de avaliação com a respectiva média. De todos os serviços prestados apenas a reprografia (xerox) deve ter uma atenção mais

cuidadosa. Teve uma melhora em 2016 com 85,50% de avaliação positiva, caindo para 71,67% no ano seguinte, sendo o único serviço com a menor média de todos, isto é, 78,85%. No geral os diversos atendimentos e serviços prestados pela FGP podem ser considerados altamente satisfatórios.

- Eixo 5: Infraestrutura Física

Estão tabulados os resultados na Tabela 13, pelos anos pesquisados, os níveis de satisfação manifestados pelos estudantes da FGP, na avaliação da infraestrutura física, no que se referem às condições das instalações como; capacidade, iluminação, ventilação e acomodação. Os itens apreciados neste eixo estão apresentados em ordem decrescente, segundo o grau de aprovação dos discentes, manifestados no ano de 2017.

Tabela 13 – Níveis de satisfação da infraestrutura física em porcentagem (%).

INFRAESTRUTURA	2015	2016	2017	MÉDIA
Campus da FGP	94,63	99,50	99,17	97,77
Estacionamento	91,38	98,17	99,17	96,22
Auditório	97,63	99,67	98,67	98,66
Salas de estudos em grupo (biblioteca)	86,88	87,17	94,75	89,60
Espaço para estudo individual (biblioteca)	89,38	84,50	94,75	89,54
Biblioteca	93,75	95,33	93,17	94,08
Sanitários	95,63	97,00	92,08	94,90
Salas de aula	92,00	95,83	89,08	92,30
Cantina	83,25	89,33	83,50	85,36
Laboratórios de informática	73,00	88,50	77,33	79,61
Reprografia (xerox)	78,25	83,50	70,08	77,28

Aprovação = Soma dos conceitos bom, ótimo e excelente.

De uma maneira geral todos os itens da Tabela 13 foram muito bem avaliados e notando-se melhores conceitos atribuídos no ano de 2016. Considerando cada

setor avaliado, ano a ano e comparando com a sua média, concluem-se que alguns tiveram evolução positiva, outros se mantiveram e outros ainda evolução negativa. Podem-se constatar como evolução positiva o campus da FGP, estacionamento e salas de estudos em grupo e espaço de estudo individual na biblioteca. Os que mantiveram o padrão foram; auditório, sanitários, cantina e laboratórios de informática. Os demais tiveram uma evolução negativa, ou seja, salas de aula e reprografia (xerox).

Ao final das pesquisas os discentes tiveram a oportunidade de apresentarem até seis críticas negativas e seis positivas, as quais sem obrigatoriedade. Analisando primeiramente os pontos fracos, no geral repetiram os conceitos negativos apontados nos eixos acima. Há destaque nos três períodos a falta de pavimentação total do estacionamento e iluminação completa tanto do estacionamento como da quadra de esporte. Foi também apontado a falta de controle e identificação da portaria quanto ao acesso de pessoas não condizentes com os serviços prestados pela FGP. Alguns apontaram para a necessidade de uma estrutura adequada para guardar bicicleta.

Como pontos fortes apontaram quase unanimemente de 2015 a 2017, a alta qualificação e comprometimento do quadro de professores, da acessibilidade ao diretor da faculdade e da atenção dos colaboradores da secretaria, financeiro, biblioteca, suporte de informática e limpeza. Também em grande parte elogiaram o nome forte da faculdade que transmite seriedade e qualidade no mercado com os dois cursos oferecidos.

- Geral

Diante de todos os resultados pormenorizados em que os estudantes expressaram suas opiniões, uma questão importante que resume todo o conceito que têm da instituição, estão nos resultados alcançados quando avaliaram no Eixo 1 (página 23), como consideram de uma maneira geral a FGP, que são apresentados na Tabela 14 por ano de avaliação e comparados com a média de cada conceito.

Tabela 14 - Como os alunos consideram a FGP de um modo geral.

CONCEITOS	% ATRIBUÍDA			
	2015	2016	2017	MÉDIA
EXCELENTE	22,88	22,83	17,84	21,18
ÓTIMO	40,50	39,67	49,50	43,22
BOM	36,24	37,34	31,33	34,97
RUIM	0,38	0,00	1,33	0,56
PÉSSIMO	0,00	0,16	0,00	0,05
APROVAÇÃO	**99,62**	**99,84**	**98,67**	**99,39**

Aprovação = Soma dos conceitos bom, ótimo e excelente.

Os resultados constantes na Tabela 14 mostram o nível geral de satisfação e até de orgulho de pertencerem ao quadro de discentes da FGP. Os conceitos foram próximos nos anos de 2015 e 2016. Em 2017 houve variação para menos nos conceitos excelente e bom, mas compensados significativamente no conceito ótimo.

Se analisados as médias e as porcentagens de aprovação dos três períodos, pode-se concluir que tais resultados demonstram alta qualidade da FGP. Outro conceito que completa a qualidade da faculdade são os resultados das avaliações dos serviços educacionais oferecidos. As médias dos dois cursos foram em aprovações de 97,25% em 2015, 99,33% em 2016 e de 97,33 em 2017. Esses resultados são frutos das posturas adotadas pela direção, coordenações dos cursos, corpo docente e demais setores de suporte.

CORPO DOCENTE

Em virtude da retração da demanda de alunos para os cursos de Administração e Sistema de Informação, ora oferecidos pela FGP e que estão comentados neste relatório na página 23, o quadro de docentes foram compostos respectivamente de 29, 23 e 20 anos de 2015 a 2017. Na média o envolvimento nas

pesquisas resultou em 68,95%, sendo os resultados apresentados e interpretados a seguir, segundo cada eixo de avaliação.

- Eixo 1: Planejamento e avaliação institucional

Quanto aos serviços prestados pelos diversos setores foram atribuídos 92% de aprovação ao RH/DP em 2015 e 90% em 2016. Em 2017 este setor foi totalmente reestruturado e 100% do corpo docente aprovou os seus serviços prestados. Em 2016 a manutenção predial (conservação, manutenção civil e elétrica) teve 90% de satisfação e 86% em 2017. Este cenário pode ser resultado das reformas físicas iniciadas em 2017, que objetivam uma readequação e modernização de toda a FGP, uma vez que o prédio e suas instalações datam de antes de 2001, ano de início das atividades da faculdade. Ainda em 2017 foi também atribuído 86% de aprovação a reprografia (xerox). Todos os demais serviços foram aprovados em 100% nos três períodos que são; direção, coordenações e secretaria acadêmica, tesouraria/financeiro, comercial/*marketing*/eventos, biblioteca, suporte de informática, limpeza, cantina e manutenção externa (jardim, gramado, estacionamento, etc.).

- Eixo 2: Desenvolvimento institucional

Avaliando-se em conheço muito, conheço e desconheço, e a soma dos dois primeiros foi considerado como resultado **satisfatório** e desconheço como **insatisfatório**, todos os quesitos obtiveram resultados positivos expressivos. Nos anos pesquisados as aprovações foram de 86% a 100% referentes à Missão da FGP, objetivos do curso, projeto pedagógico e matriz curricular do curso que leciona – ADM/SIS, iniciação científica e pesquisa e monitoria. Ressalta-se aqui que entre 90% e 100% foram atribuídos aos objetivos do curso e matriz curricular, e próximos de 86% apenas a iniciação científica. Os demais, todos foram em 100% de resultado satisfatório. Todos os itens avaliados neste eixo são referenciados e discutidos nas

reuniões pedagógicas no início de cada ano letivo, cujos documentos são de fácil acessibilidade aos docentes.

- Eixo 3: Políticas acadêmicas

De modo geral a comunicação organizacional dos setores e serviços desenvolvidos pela FGP teve ótimo desempenho devido à aprovação significativa que tiveram os setores avaliados. Apenas em 2016 o RH/DP e redes sociais a aprovação foi de 90% e os demais em 100% que são; direção, coordenações e secretaria acadêmica, tesouraria/financeiro, suporte técnico, biblioteca, divulgação de notícias e o *site* da FGP (atualizações e informações).

Foram unânimes em 2017 na aprovação em 100%, ou seja, a soma de bom, ótimo e excelente, a articulações dos objetivos dos cursos com a matriz curricular de Administração e Sistemas de Informação, as articulações da formação do curso com o mercado de trabalho e as atividades de monitoria. Da mesma forma ao apoio da FGP as atividades de pesquisa, a extensão universitária (palestras, visitas técnicas, seminários), sendo esta atividade aprovada com 92% em 2015 e 90% em 2016. Observa-se nesta questão total satisfação dos docentes e que coincide com a dos discentes.

Nas considerações sobre a biblioteca apontadas pelos docentes, estão aqui analisados segundo a soma dos conceitos ruim e péssimo atribuídos aos diversos argumentos. Na pesquisa realizada em 2015 apenas a atualização do acervo teve reprovação (8%) os demais aprovados em 100% de satisfação. Em 2016 houve reprovação em torno de 10% para qualidade e atualização do acervo de livros, revistas e periódicos, assim como para a aquisição de livros e revistas sugeridos. Já em 2017 o índice de reprovação subiu para 14% no tocante a qualidade e atualização do acervo de livros, revistas e periódicos. Com 29% foi apontado para a aquisição e livros e revistas. Em relação a consulta e serviços de empréstimos foram 100% aprovados nos três anos da pesquisa. Estes resultados diferem acentuadamente dos manifestados pelos estudantes que utilizam todo o acervo da biblioteca, cujas bibliografias foram indicadas pelos professores em suas respectivas disciplinas. A CPA tem planos neste início de ano letivo em entrevistas

individualmente com cada docente que assim fornecerá um quadro mais exato das necessidades.

Na Tabela 15, estão tabulados os níveis de satisfação referentes aos serviços prestados e equipamentos da FGP por ano pesquisado. Observa-se uma queda no nível de satisfação no ano de 2017, mas estatisticamente se comparados ano a ano com a média do período, tem-se resultados significativamente positivos. Isto leva a uma interpretação de que os serviços e equipamentos da FGP atendem plenamente as suas necessidades em ministrar as respectivas disciplinas.

Confrontando este cenário com os manifestados pelos discentes, vem reforçar a necessidade de tornar mais claro para uma boa parte deles dos verdadeiros objetivos de utilização dos equipamentos necessários à aprendizagem.

Tabela 15 - Avaliação da qualidade dos serviços prestados e equipamentos da FGP em porcentagem (%).

S E R V I Ç O S	**2015**	**2016**	**2017**	**MÉDIA**
Projetores multimídia	92,00	100,00	100,00	97,33
Micros dos laboratórios	100,00	80,00	86,00	88,67
Micros da biblioteca	100,00	100,00	86,00	95,33
Acesso à *Internet* nos laboratórios	100,00	100,00	86,00	95,33
Acesso à *Internet* sem fio	100,00	80,00	83,00	87,67

Aprovação = Soma dos conceitos bom, ótimo e excelente.

- Eixo 4: Políticas de gestão

Neste eixo houve uma evolução nos atendimentos prestados pelos diversos setores da FGP, como; em 2015 apenas 10% dos docentes consideraram ruim o RH/DP, cantina e recepção e 100% de aprovação para os demais atendimentos. Já em 2016 novamente 10% atribuíram conceito ruim ao RH/DP e 100% de aprovação para os outros setores. Agora em 2017 somente a reprografia (xerox) teve conceito ruim por 14% e 100% à direção, coordenações e secretaria acadêmica, tesouraria/financeiro, RH/DP, comercial/marketing/eventos, suporte de informática,

biblioteca e cantina. No geral foram resolvidos os serviços apontados com conceitos ruins e os outros setores mantiveram-se no período, de bons a excelentes na qualidade de seus atendimentos ao corpo docente.

De 2015 a 2017, todos os professores atribuíram conceitos de bom a excelente para o relacionamento profissional e pessoal com a direção, coordenações e secretaria acadêmica, com o comercial/*marketing*/eventos, com a tesouraria/financeiro, com suporte técnico, com os demais docentes e discentes do curso que leciona. Também foram unânimes em considerarem de bom a excelente o seu cumprimento de horário, tanto início como término das aulas e no cumprimento de prazos com documentos, lançamentos, etc.

- Eixo 5: Infraestrutura física

Foram comtemplados neste eixo as condições das instalações no tocante a capacidade física de atendimento, iluminação, ventilação, climatização e acomodação, referentes ao campus, estacionamento, sala dos professores, salas de coordenação, secretaria acadêmica, tesouraria/financeiro, RH/DP, salas de aula, sala do suporte técnico, laboratórios de informática, biblioteca, salas de estudos em grupo (biblioteca), espaço individual na biblioteca, auditório, sanitários, reprografia (xerox) e a cantina. Nesse conjunto houve em 2015, 8% de reprovação para as salas de estudos em grupo e espaço individual na biblioteca, e que foram aprovadas nos anos seguintes. A reprografia (xerox) teve uma reprovação na ordem de 8% em 2015, 30% em 2016 e em 2017 baixou para 14%. Conclui-se que as providências tomadas estão surtindo efeitos. Quanto aos demais espaços físicos, foram amplamente aprovados nos três anos avaliados.

Ao final das pesquisas, os professores ficaram a vontade em apontar se quisessem até cinco pontos negativos. As opiniões foram bem diversas como, a falta de mais cursos de graduação e pós-graduação, assim como EAD. Também foram mencionados a iluminação das salas de aula, a falta de estrutura para captação de água da chuva, a falta de maior incentivo à iniciação científica e empresa júnior.

Da mesma forma puderam mencionar até cinco pontos positivos ou fortes da FGP. Relataram nos períodos avaliados a qualidade de ensino, comprometimento, o

relacionamento com diretor e coordenadores, liberdade de trabalho, ética e transparência. Pode-se considerar estas considerações como marca registrada da instituição. Apesar dos índices de aprovação atribuídos nos eixos acima, muitos tornaram a relatar a melhora significativa do RH/DP.

PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO

De 2015 a 2017 houve uma adesão em torno de 80% deles em responderem as pesquisas, índice bem significativo de participação, cujos resultados gerais se seguem.

- Eixo 1: Planejamento e avaliação institucional

Neste eixo foram avaliadas a direção, coordenações e secretaria acadêmica, tesouraria/financeiro, RH/DP, comercial/*marketing*/eventos, biblioteca, suporte de informática, limpeza e manutenção predial interna e externa. Nos três anos da pesquisa, toda a equipe técnica/administrativa atribuíram conceitos de bom a excelente para os serviços prestados pelos setores avaliados.

- Eixo 2: Desenvolvimento institucional

Resumindo num quadro geral de 2015 a 2017, no mínimo 64% do pessoal técnico/administrativo relataram que conhecem e conhecem muito a missão da FGP e responsabilidade social, cultural, ambiental e o plano de carreira.

- Eixo 3: Políticas acadêmicas

Foram avaliados a comunicação dos setores e serviços desenvolvidos na FGP, onde expressaram aprovação em 100%, isto é, a soma de bom, ótimo e

excelente a direção, coordenações e secretaria acadêmica, tesouraria/financeiro, RH/DP, comercial/*marketing*/eventos, suporte técnico, biblioteca e *site* da FGP: atualizações e informações. Deve-se mencionar que apenas o RH/DP teve aprovação de 67% em 2016 e que constata-se uma questão resolvida pela direção com a aprovação total em 2017 da mesma forma manifestada pelos docentes.

- Eixo 4: Políticas de gestão

Nas realizações das pesquisas anuais, o pessoal técnico/administrativo foi unânime nos conceitos atribuídos em suas avaliações de bom a excelente, isto é, aprovação de 100% ao relacionamento profissional e pessoal com a direção, coordenações e secretaria acadêmica, com o pessoal do comercial/*marketing*/eventos, RH/DP, com suporte técnico, com os docentes e discentes e com as equipes de faxina e manutenção predial interna e externa. Com os resultados deste eixo ficam evidentes o ótimo clima organizacional reinante na estrutura funcional da FGP.

- Eixo 5: Infraestrutura física

As avaliações referiram-se no período pesquisado às condições das instalações, isto é, capacidade física, capacidade de atendimento, iluminação, ventilação, climatização e acomodação. Nos três anos pesquisados, toda a equipe manifestaram satisfação em 100% (soma dos conceitos bom, ótimo e excelente), ao campus, estacionamento, sala dos professores, das coordenadoras e da secretaria acadêmica, tesouraria/financeiro, salas de aula, sala do RH/DP, laboratórios de informática, suporte técnico biblioteca, salas de estudos em grupo e espaço individual de estudo localizado na biblioteca, auditório, cantina e sanitários.

No mesmo nível de satisfação também foram creditados ao avaliarem as condições de trabalho na FGP. De 2015 a 2017 foram avaliados o local de trabalho, materiais utilizados em quantidade e qualidade, acesso aos equipamentos de

informática, equipamentos de segurança e condições de acessibilidade às instalações da FGP.

Ao expressarem o que consideram como pontos negativos, relataram a necessidade de melhoria na comunicação entre os setores, e principalmente a falta de rigor e controle da portaria no acesso ao campus para maior segurança. Conforme pode ser constatado informalmente pela CPA, vez ou outra se deparam com pessoas estranhas aos objetivos da faculdade.

Relataram como pontos positivos o clima familiar proporcionado pela faculdade através da flexibilização, socialização e interação de todo o pessoal. Também demonstraram o orgulho de pertencerem ao quadro de colaboradores da FGP, cujo nome é respeitado e admirado na cidade e região.

ANÁLISE GLOBAL EM RELAÇÃO AO PDI E A TODOS OS EIXOS DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA (Portaria N° 92, de 31 de janeiro de 2014)

1. EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. * Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional

A IES demonstra evolução institucional contida no Relato Institucional em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional. Assim nossa evolução constante é característica do ensino na IES, devendo este se adaptar quer ao alunado, quer à ocasião ou momento histórico do ensino. Ademais, é da essência do ensino na IES o interagir entre professor e aluno, o que constitui diferencial significativo na proposta dos seus cursos de graduação.

Desta forma, apresentamos o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI integrado ao Projeto Pedagógico Institucional – PPI como parte do processo de institucionalização que visa ordenar sua existência, seguindo diretrizes que orientam o seu desenvolvimento e consolidam sua proposta de Faculdade diferenciada, que prioriza a qualidade acadêmica em todos os níveis.

Estamos seguros de que o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI concomitante com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI é um sólido indicativo de que a IES vive mesmo um momento privilegiado, por conseguir desenvolver seus projetos numa conjuntura concreta. No período em que a educação, em particular, atravessa uma fase dramática da sua história e exige das instituições de ensino o máximo de criatividade e sólido compromisso, a IES renova sua fé no trabalho e no progresso do Brasil.

O PDI/PPI da IES busca orientar o movimento político - administrativo da Instituição e é o resultado de um processo que tem como sujeitos a comunidade acadêmica, os fundadores da IES e outros diversos membros engajados. Nosso Plano propõe um

sistema de valores e ações que devem orientar a vida universitária e sua relação com a sociedade.

Constitui-se numa peça normativa das práticas acadêmico-administrativas que devem orientar outras peças existentes, como seu Regimento, Projetos Políticos Pedagógicos, Planejamento Estratégico, Avaliação Institucional e etc...

Este projeto possui sua gênese nas praticas cotidianas da IES numa dada conjuntura interna e externa, e envolvem, no processo de sua materialização, todos os segmentos que compõem a comunidade acadêmica, como um desdobramento das responsabilidades sociais de seus idealizadores.

O desenvolvimento da IES, que deve ser compreendido no Plano de Desenvolvimento Institucional, com suas categorias, constituiu o norte do movimento político - administrativo até que os agentes históricos produzam novas condições para novas mudanças.

Assim, a realização da Instituição de Ensino Superior - IES parte de uma realidade objetiva das Faculdades de natureza particular, com espírito público que é o seu concreto. Desenvolve-se sustentada em discussões internas, decorrentes de posições plurais de seus agentes, tendo como conteúdo a indissociação do ensino, pesquisa e extensão, contextualizada na realidade profissional e regional.

Nossa eficiência deve ser balizada na capacidade de dar respostas às necessidades de sua comunidade, seja no âmbito conjuntural, seja no estrutural, segundo a ética que a orienta.

Enfim, como Planos de uma Instituição Educacional atual, direcionamos nossos esforços na consecução de valores que caracterizam o cidadão em sua comunidade, tal como o de liberdade, igualdade, justiça social, solidariedade, para serem concretizados na vivência da herança cultural.

São tais valores que norteiam o trabalho da IES e a formação de cidadãos conscientes de sua transitoriedade, bem como das necessidades de educação contínua numa sociedade livre, justa e fraterna.

O PDI e o PPI se empenham, com a IES, na expansão de uma nova relação entre o progresso social e o exercício da cidadania, como sendo um dos fatores que podem contribuir para consolidar os valores democráticos.

Isto fica patente com a assunção de algumas metas que são próprias do ideário da IES:

a) O atendimento ás demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade regional;

b) A conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilização;

c) A identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas e em sintonia com as políticas de promoção de desenvolvimento sustentável do País.

d) A Proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da sua região.

Tais eventos identificam que certamente há uma demanda que se vê refletida nas condições de oferta e atendimento dos serviços educacionais na região.

1.2. * Projeto/processo de auto avaliação institucional.

O projeto de auto avaliação institucional está regulamentado e atende às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.

O Programa de Avaliação Institucional - PAI da IES tem por objetivo avaliar as diferentes dimensões das funções universitárias. Constitui-se em processo de melhoria contínua dessas funções, do planejamento e da gestão institucionais e de prestação de contas às comunidades acadêmica e social.

O PAI deve respeitar a identidade institucional, definidas na missão e nos objetivos, mediante um processo de adesão, com ampla participação de toda a comunidade acadêmica.

O PAI será desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, que integra a Diretoria da Faculdade.

A CPA compete planejar, organizar e desenvolver o PAI, interpretando os resultados e apontando opções para a consolidação institucional e a melhoria contínua dos

cursos e programas de nível superior, além dos instrumentos de planejamento e gestão universitários.

A CPA deve acompanhar e emitir relatórios periódicos sobre as avaliações conduzidas pela MEC, em particular as do Exame Nacional de Cursos (ENADE), as relativas ao reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e as avaliações das condições de oferta do ensino.

A IES entende que avaliação é o referencial básico para os processos de regulação e supervisão da Educação Superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade (parágrafo 3º, artigo 1º do Decreto 5.773/2006).

Assim as ações acadêmico-administrativas, em decorrência da auto avaliação e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso, estão previstas de maneira excelente.

A auto avaliação dos cursos da IES contempla o processo de avaliação institucional, delineado no Programa de Avaliação Institucional, que integra o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES.

O Programa foi elaborado para atender à Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e cria a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) em cada IES do Sistema Federal de Ensino.

O Programa encontra-se estruturado com base na Portaria MEC n° 2.051, de 9/7/2004, e nos documentos das Diretrizes para a Auto avaliação das Instituições e Orientações Gerais para o Roteiro da Auto avaliação das Instituições, editados pelo INEP.

Os parâmetros para o curso de graduação foram estabelecidos pelo Conselho Superior, após amplo debate com a comunidade acadêmica (alunos, professores, funcionários e comunidade local).

Os resultados das avaliações são publicados periodicamente de acordo com o calendário aprovado pela Diretoria Geral da IES.

A auto avaliação do curso é gerenciada e desenvolvida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída por membros de todos os segmentos da IES, eleitos

entre seus pares, sendo a CPA autônoma e independente, possuindo regimento próprio, sem privilegiar maiorias.

A CPA desenvolve suas atividades com apoio operacional da Diretoria Geral e a participação dos membros da comunidade acadêmica (alunos, professores, pessoal técnico-administrativo e representante da comunidade civil), seus dirigentes e egressos. A CPA mantém estreita articulação com as Coordenadorias de Cursos, a fim de apoiar o processo interno de auto avaliação de cada um, bem como junto à ouvidoria da IES.

A avaliação do curso compreende os aspectos curriculares (plano seriado semestral de oferta de disciplinas, duração das disciplinas e do curso, diretrizes curriculares), metodológicos, além do cumprimento da missão, da concepção, dos objetivos e do perfil profissional delineado.

São avaliados, ainda:

a) O corpo docente (titulação, regime de trabalho, programas de capacitação e plano de carreira, incluindo procedimentos de recrutamento, seleção, admissão e promoção e etc..);

b) O corpo discente (evasão, aproveitamento, frequência, participação e etc..);

c) Biblioteca (acervo: atualização e ampliação; recursos multimídia; informatização; acesso à internet e etc..);

d) Laboratórios (atualização tecnológica, ampliação do espaço físico, aumento dos equipamentos, política de uso, manutenção e conservação e etc..);

e) Instalações Físicas gerais (manutenção, conservação e ampliação);

f) Integração com a comunidade (programas de extensão e ações culturais, artísticas e desportivas); e

g) Programas de iniciação científica. etc...

REQUISITOS LEGAIS AVALIADOS NOS CURSOS:

- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005;
- Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos;

- Decreto n.º 914, de 06 de setembro de 1993 - Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;
- PNE – Plano Nacional de Educação;
- Decreto Nº 5.773, de 09 de maio de 2006;
- Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007;
- Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002);
- Informações acadêmicas (Portaria Normativa n° 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010);
- Disciplina de Libras (Dec. N°5.626/2005);
- Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. n° 5.296/2004);
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei n° 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP n° 01 de 17 de junho 2004 junho de 2004);
- Núcleo Docente Estruturante (NDE) Resolução CONAES n° 01, de 17/06/2010;
- Titulação do corpo docente (Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996).
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei N° 12.764, de 27 de Dezembro de 2012);
- Política de Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP n° 08, de 06/03/2012, CNE/CP n° 01, de 30/05/2012);
- Resolução nº 02, de 18 de Junho de 2007, Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

A avaliação institucional é um processo de contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e de prestação de contas à sociedade, constituindo-se em ferramenta para o planejamento da gestão e do desenvolvimento da educação superior. A concepção de avaliação adotada apresenta um caráter pedagógico e sua

função formativa é entendida como parte constitutiva do desenvolvimento da instituição.

1.3. * Auto avaliação institucional: participação da comunidade acadêmica

A comunidade acadêmica participa de diversas formas na auto avaliação, quer seja como membro direto da Comissão Própria de Auto Avaliação - CPA, ou por meio de participação em reuniões, palestras, painéis de discussão, entrevistas ou preenchimento de questionários avaliativos. Os instrumentos de avaliação integrados no sistema PAI são preenchidos por docentes, técnicos administrativos, coordenações de cursos, chefias de departamento e acadêmicos. A CPA é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docentes, técnicos administrativos, e discentes) e da sociedade externa.

A CPA, além de coordenar e articular o processo de auto avaliação institucional é responsável pelas seguintes atribuições:

1. Planejar e organizar as atividades da auto avaliação e sensibilização da comunidade;

2. Estabelecer os objetivos, a metodologia, os procedimentos, as estratégias, os recursos e o calendário de ações do processo de auto avaliação;

3. Desenvolver estudos e análises, visando ao fornecimento de subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política da avaliação Institucional;

4. Propor projetos, programas e ações que possibilitem a melhoria da Faculdade; e

5. Elaborar os relatórios parciais e finais das diversas etapas da avaliação institucional.

Seminários, painéis de discussão, sessões plenárias, reuniões técnicas e outros, constituem momentos para análise e incorporação das ações planejadas, de forma coletiva e democrática. A comunicação e a troca de informações nesta ocasião são

fundamentais para a propositura e o entendimento das metodologias que serão utilizadas pelos responsáveis das ações pretendidas.

Os grupos se reúnem para análises específicas e globais e encaminham os resultados à comissão de avaliação. A programação coletiva da aplicação das ações traz a oportunidade de melhoramentos constantes no processo avaliativo, visto que este se realiza com o intercâmbio de informações e experiências.

A divulgação dos relatórios de auto avaliação institucional também é realizada no portal eletrônico e em versões digital e impressa, encaminhadas às diversas unidades setoriais. Além disso, a divulgação dos resultados pode ocorrer por meio de seminário, reuniões, de documentos informativos impressos e eletrônicos e outros, servindo para tornar públicas as oportunidades para ações transformadoras vindas do processo avaliativo.

O planejamento das atividades da CPA é discutido com a comunidade acadêmica, devendo levar em conta as características da instituição, seu porte, continuidade e a existência de experiências avaliativas anteriores.

A composição da CPA da IES atende todos os requisitos para sua legitimidade e autonomia, constituída por regulamento próprio aprovado pelo órgão superior da Instituição.

1.4. * Auto avaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados

A divulgação das análises dos resultados do processo de auto avaliação institucional e das avaliações externas previstas ocorre para toda comunidade acadêmica e comunidade local.

O documento final de auto avaliação da IES apresentado pela Comissão Própria de Avaliação, tem como finalidade subsidiar o planejamento, auxiliar nas avaliações dos gestores, subsidiar as ações acadêmicas das coordenações de curso e das chefias de departamento, entre outras ações.

Estratégias como o estudo comparativo entre instituições congêneres podem ser incorporadas às ações afirmativas.

Aprimoramento, aperfeiçoamento e troca de experiências com outras instituições estarão perpassando o processo de reestruturação e aperfeiçoamento da IES. A avaliação institucional constitui-se de modelos e instrumentos que podem, a qualquer momento, ser aplicados em situações específicas, gerando subsídios para permanentes reexames e reorientações exigidos pelos avanços do conhecimento e demandados pelos contextos regional, nacional e internacional. Os resultados vão fundamentar o processo de gestão e os atos de regulação. As adaptações e revisões servirão para corrigir os aspectos negativos, fortalecer e consolidar os aspectos positivos.

Nas avaliações realizadas, por avaliadores do MEC/INEP, para autorização e reconhecimento dos cursos, os relatórios servem como base para pautar novas ações e reestruturar as já implantadas.

Meta:

Obter os mesmos ou superiores conceitos na avaliação das condições de ensino, para reconhecimento dos cursos.

Ações específicas:

a) Conscientizar professores e alunos sobre a importância da manutenção desses conceitos, na avaliação das condições de ensino, a serem realizadas pelo INEP, no processo de reconhecimento dos cursos.

b) Proporcionar aos alunos e professores condições de trabalho, profissional e acadêmico, que facilitem a manutenção dos conceitos referenciados.

c) Proporcionar aos alunos e professores o cumprimento integral dos projetos dos cursos, aprovados no processo de autorização dos mesmos.

A direção reafirma seu posicionamento no trabalho contínuo e diuturno das ações de melhoria do ensino, bem como do salutar sistema de avaliação do Ministério da Educação, garantindo qualidade e comprometendo-se com os padrões estabelecidos na legislação vigente.

A Comissão própria de Avaliação divulgará, anualmente, os instrumentos e procedimentos a serem aplicados no processo de avaliação institucional, mantendo

estreita coerência, sempre que possível, com os instrumentos e procedimentos orientados pelo SINAES.

O processo de avaliação institucional deve conduzir à atribuição de conceitos, ao final de cada etapa, apoiado em relatório descritivo dos procedimentos e instrumentos adotados e com indicação de ações para correção de condições insuficientes ou regulares e fortalecimento das ações consideradas suficientes.

Os resultados da Avaliação Institucional serão fornecidos e encaminhados aos interessados, para serem trabalhados, junto aos envolvidos, com o objetivo de comparar a situação existente com a ideal, uma vez que os dados obtidos contribuem para a tomada de decisões sobre mudanças a serem adotadas, objetivando a melhoria desejada.

O resultado final da avaliação aparecerá, para cada Dimensão, como:

• CMB = Condições Muito Boas

• CB = Condições Boas

• CR = Condições Regulares

• CI = Condições Insuficientes

Os relatórios de avaliação serão submetidos à deliberação do colegiado superior da Faculdade.

A Avaliação Institucional dar-se em duas modalidades:

1ª – Auto avaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da auto avaliação institucional da CONAES;

2ª - Avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo INEP, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das auto avaliações.

Os processos de avaliação interna e externa devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

1.5. * Elaboração do relatório de auto avaliação

Os relatórios de auto avaliação apresentaram resultados, análises, reflexões e proposições para subsidiar planejamento e ações.

Os relatórios do processo de avaliação são textos compostos pelos resultados das discussões, da análise dos dados e da interpretação das informações. Estes relatórios devem contemplar:

a) Os resultados da auto avaliação e da avaliação externa

b) Os resultados da avaliação de cursos e de desempenho discente/docente.

Os destinatários desses relatórios são os membros da comunidade acadêmica, a CONAES, o MEC e a sociedade. Portanto, considerando a diversidade de leitores, estes documentos devem ter clareza na comunicação das informações e possuir caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos.

Os relatórios anuais devem subsidiar o plano de ação e metas do ano corrente de sua divulgação. A CPA elaborará relatórios parciais mensalmente para condução rápida e efetiva da IES.

De acordo com as Diretrizes para a Avaliação das IES, os processos avaliativos internos servem como subsídios para o redirecionamento das ações e formulação de políticas tanto para a gestão da própria IES como para as políticas públicas de educação superior.

2. EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1. * Missão institucional, metas e objetivos do PDI.

As metas e objetivos do PDI estão articulados com a missão institucional, com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.

A IES, em sua atuação, observará, sobretudo, quatro princípios norteadores:

I- compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II- verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III- difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV- inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre este, as pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do País;

FINALIDADE INSTITUCIONAL

A finalidade de nossa Instituição de Educação em Ensino Superior é estimular a criação cultural e o desenvolvimento do profissional, propiciando condições de educação ao homem, como sujeito e agente de seu processo educativo e de sua história, pelo cultivo do saber, em suas diferentes vertentes, formas e modalidades sempre com responsabilidade ambiental.

A IES possui os seguintes fins ideais:

1. Contribuir para a formação de pessoas nas diferentes áreas de conhecimento profissional, aptos para a inserção em setores e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;

2. Incentivar o trabalho de pesquisa científica, visando ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, da criação e difusão da cultura e educação ambiental;

3. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;

4. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

5. Possibilitar o conhecimento dos problemas do mundo, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;

6. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa tecnológica geradas na instituição.

7. Promover, no exercício de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento harmônico e integrado de sua comunidade, com vista ao bem-estar social, econômico, político, ambiental e espiritual do homem;

8. Preservar os valores éticos, morais, cívicos contribuindo para aperfeiçoar a sociedade, na busca do equilíbrio e bem estar do homem e da natureza;

9. Ser uma instituição aberta à sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de todas as faculdades intelectuais, físicas e espirituais do homem.

OBJETIVOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

Com o objetivo de produzir e transmitir conhecimentos e experiências destinados a propiciar ao ser humano a construção do seu projeto de vida, que lhe dê acesso, segundo suas necessidades, aos bens e serviços que a civilização oferece. E, também, assegurar-lhe a participação na construção de uma sociedade mais humana, mais justa, mais cooperativa e mais pluralista.

Esta instituição de ensino superior possui a convicção profunda de que atualmente é mais importante formar do que transmitir conhecimentos porque a sociedade de hoje nos pede profissionais polivalentes e com a clara consciência de que terá que se adaptar a quaisquer circunstâncias e atividades diferentes.

A IES está empenhada no desenvolvimento de suas funções com ações voltadas para a transdisciplinaridade. Não se limitará a considerar a ciência e a tecnologia, mas refletirá sobre os seus usos, possibilidades e limites.

Considera, ainda, imprescindível levar em conta as tendências da realidade socioeconômica e cultural do país e a criação de um sistema de valores, suficientemente abrangente e culturalmente significativo, capaz de orientar a ação do futuro profissional, por meio de uma ética profissional consistente, embasada em princípios de respeito ao próximo e de respeito à natureza.

A LDB, incorporando o estatuto da convivência democrática, estabelece que o processo de elaboração, execução e avaliação do projeto pedagógico é essencial para a concretização da autonomia da escola. O processo deve ser democrático.

Assim, nossa proposta pedagógica é a “marca registrada” da IES, que configura sua identidade e o seu diferencial.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA INSTITUIÇÃO

São objetivos específicos da IES:

a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico-tecnológico do pensamento reflexivo do futuro profissional.

b) Formar cidadãos/profissionais, em cursos e programas de nível superior.

c) Estimular e apoiar práticas investigativas, desenvolvidas por professores e alunos, estes, sob a supervisão docente.

d) Estender à comunidade social cursos e programas, a partir do ensino e da pesquisa desenvolvidos no âmbito da faculdade.

e) Promover intercâmbio e cooperação com instituições de ensino dos diversos graus, tendo em vista o desenvolvimento da educação, da cultura, das artes, das ciências e da tecnologia.

f) Participar no processo de desenvolvimento socioeconômico regional, como organismo de consulta, assessoramento e prestação de serviços, em assuntos relativos aos diversos campos do saber em que atuar.

g) Promover cursos de pós-graduação, de atualização, de extensão e de treinamento profissional, a fim de atender aos reclamos da sociedade em que está inserida.

h) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e difundir o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

i) Orientar as práticas investigativas e a extensão como suporte qualitativo ao ensino de graduação.

j) Desenvolver competências gerenciais orientadas para resultados, a fim de aperfeiçoar processos e fluxos de trabalho.

k) Desenvolver competências profissionais tecnológicas para a gestão de processos de produção de bens e serviços e desenvolvimento sustentável;

l) Promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;

m) Cultivar o pensamento reflexivo, a autonomia intelectual, a capacidade empreendedora e a compreensão do processo, em suas causas e efeitos, nas suas relações com o desenvolvimento do espírito científico;

n) Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, a criação artística e cultural e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;

o) Adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;

p) Garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

2.2. * Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação.

Existe plena coerência entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas no âmbito institucional com o propósito de seguir a missão proposta pela IES, buscando atender ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O ensino, aliado à filosofia curricular e suas respectivas propostas, está integrado organicamente, para que se percebam, com nitidez, a realização do princípio pedagógico da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, considerando os níveis de formação científica dos docentes e suas experiências que referencia o respectivo PDI.

Diretrizes para o ensino de graduação previstas no PDI:

a) Promover um ensino reflexivo, sustentado por vivências das práticas sociais, formando o cidadão competente, crítico e solidário.

b) Promover a efetiva execução de projetos pedagógicos orientados por perfis e suas competências.

c) Favorecer oportunidades de aprendizagem teórico-prática sobre a defesa e promoção dos direitos humanos, educação ambiental, inclusão social e igualdade étnico-racial.

d) Estimular a atuação do docente-pesquisador comprometido profissionalmente com a Instituição e com o desenvolvimento do acadêmico.

e) Adequar o tempo e os espaços acadêmicos a práticas inovadoras e diversificadas como apoio ao constante aperfeiçoamento do ensino de graduação.

f) Promover estudos para a renovação e aperfeiçoamento do processo seletivo de acesso ao ensino.

g) Disponibilizar o parque tecnológico com ferramentas que aperfeiçoem e agilizem os procedimentos acadêmicos.

Diretrizes para o ensino da pós-graduação previstas no PDI:

a) Constituir a pós-graduação lato sensu com o objetivo preferencial para ampliação do atendimento da IES e aproveitamento da sua massa crítica e potencialidades.

b) Efetivar a pós-graduação com prioridade para integração da pesquisa e graduação, revitalizando as práticas acadêmicas da IES.

c) Promover o estabelecimento de relações em parceria e cooperação com programas de pós-graduação de instituições universitárias e de pesquisa do país e fora dele.

d) Melhorar constantemente as condições de suporte ao desenvolvimento da pós-graduação.

e) Criar um sistema gerencial de pós-graduação capaz de procedimentos e processos compatíveis com a natureza dos programas e com a legislação vigente.

f) Dar legitimidade aos programas de pós-graduação, me diante uma organização administrativa processual capaz de assegurar um padrão de qualidade.

g) Implantar programas de formação continuada no estado e fora dele.

2.3. * Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.

Existe coerência entre o PDI e as práticas de extensão. O Processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, promove a interação transformadora entre a IES e outros setores da sociedade.

A IES emprega a extensão como o instrumento pelo qual amplia os conhecimentos advindos de suas atividades de pesquisa e ou iniciação científica à comunidade e região. Ao promover o intercâmbio com a comunidade para o planejamento de suas atividades de extensão, a faculdade faz com que esses programas sejam situados no contexto histórico-cultural, transformando-se, assim, em um fator de retroalimentação para a pesquisa e o ensino, otimizando as relações de intercâmbio entre a IES e a sociedade.

Deste modo, há ações de extensão em caráter permanente, sistemático que se desenvolvem em prazos previamente estabelecidos nas áreas temáticas da Gestão, Saúde, Educação, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Educação e Comunicação.

A IES reafirma seu empenho na continuidade de sua ação, como instituição comprometida com a comunidade regional, comprometendo-se com seus problemas e suas necessidades, cumprindo seu papel de inteligência e consciência da expressão cultural local, regional e reelaboradora, no plano científico-tecnológico, das respostas aos problemas e anseios da população.

A IES atua na área da extensão, identificando as situações-problema na sua região de abrangência, com vistas à otimização do ensino e da pesquisa, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população.

Os programas de extensão privilegiam as ações interdisciplinares, que reúnem áreas diferentes em torno de objetivos comuns.

O financiamento da extensão é realizado com a utilização de recursos próprios da instituição ou mediante alocação de recursos externos, por meio de convênio (parcerias) com organizações da comunidade (local e regional), públicas ou privadas.

Os serviços são realizados sob a forma de:

a. Atendimento à comunidade, diretamente ou às instituições públicas e particulares;

b. Participação em iniciativa de natureza cultural, ambiental, artística e científica;

c. Estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional;

d. Promoção de atividades artísticas e culturais;

e. Publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;

f. Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;

g. Estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica.

A IES, dentro de sua política de extensão, assume um compromisso com a comunidade de "participar com o processo de desenvolvimento cultural da comunidade". Para atuar sobre bases sólidas, delinearam-se já, a partir de amplos debates realizados em nível regional, alguns programas que, voltados ao atendimento deste compromisso, atenderam também aos princípios básicos do perfil da instituição e à necessidade de proporcionar-lhe consistência como Faculdade Regional.

Os programas caracterizados como de extensão não são restritos aos limites da instituição, mas são também estendidos "fora da sede", em locais onde as necessidades se apresentem. Nesse aspecto, os laboratórios e demais serviços são colocadas à disposição de programas de maior alcance, oferecendo orientações básicas à população.

A integração IES/Comunidade tem sequência natural adquirindo maior consistência, intensificando-se ainda mais à medida que os programas forem implementados.

O estreitamento da relação IES/Comunidade será concretizado mediante programas onde a cultura seja difundida, havendo entrelaçamento da cultura popular e acadêmica.

Eventos como exposições, feiras, competições esportivas e outras formas de integração fazem o convite à população para uma participação mais efetiva na vida acadêmica.

Ao mesmo tempo, a IES, com seus estudantes, se deslocará para fora da sede da instituição levando cultura, no sentido de promover o conhecimento e, em consequência, contribuir para que o homem desempenhe um papel consciente dentro da sociedade.

2.4. * Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

Existe coerência entre o PDI e as atividades previstas de iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

Prioritariamente o PDI se propõe fomentar a sua ação como centro promotor e estimulador da pesquisa já na graduação;

Permanentemente prevê articulação com órgãos públicos e com áreas produtivas para conhecimento das necessidades, convênios com o CIEE Centro Integrado Escola Indústria e demais instituições de ensino superior para fins de complementaridade de ação, troca de experiências e melhor utilização da capacidade instalada regional;

O PDI estabelece ações de sensibilização e introdução dos alunos na área de investigação científica, apoiando-os através do programa de iniciação científica e incentivando, sua participação em projetos de pesquisa dos professores, e também treinando professores-pesquisadores através da investigação científica como processo contínuo de aquisição e transformação do conhecimento;

Desenvolve continuamente sua linha de ação voltada ao estímulo aos pesquisadores individualmente ou em grupos, ampliando recursos para financiamentos dos projetos de pesquisa, junto a órgãos de fomento viabilizando economicamente projetos a serem elaborados;

2.5. * Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.

As ações institucionais previstas estão coerentes com o PDI considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.

A IES por intermédio das atividades de Extensão, realizadas nos cursos de graduação e outros, através dos professores e alunos, atenderam diversas

instituições da comunidade e participaram como agente multiplicador em projetos que visam a valorização, a promoção humana e o desenvolvimento sustentável à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.

A experiência vivida pela mantenedora é de grande valor para colaborar de forma integrada com o Projeto de Responsabilidade Social da Faculdade. Esse cenário possibilita a IES o compromisso de contribuir de forma decisiva para um novo projeto de desenvolvimento nacional, pautado por um crescimento sustentável, equidade e justiça social.

Assim, reafirmamos que a instituição sempre procurará inserir ações, práticas sociais e políticas institucionais com metas de compromisso social/responsabilidade social.

A política de responsabilidade social está então alicerçada, nas exigências relacionadas ao ensino superior e em suas modalidades de avaliação da qualidade. A lei nº. 10.861/2004 dá um indicativo sobre como a responsabilidade social deverá ser observada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: “A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social; ao desenvolvimento econômico e social; à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural – contempla o compromisso social da instituição na qualidade de portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e plural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da IES”.

A política de responsabilidade social na IES é constituída a partir do conceito de integração social, cuja identidade se caracteriza pelo compromisso e fortalecimento da dimensão social e ética do fazer acadêmico, isto é, da produção, sistematização e difusão do conhecimento.

A finalidade da implementação da política definida é, fundamentalmente, a promoção da inclusão social, do desenvolvimento econômico e social, da defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

A política de responsabilidade social da IES tem como objetivo principal conferir materialidade às ações que evidenciam o exercício de funções de interesse público, que se constituem como inerentes à natureza institucional das IES.

Tais ações são pautadas no comportamento ético e participativo dos processos de transformação social, oportunizando que os benefícios da ciência e as potencialidades existentes na IES possam contribuir para o enfrentamento das questões sociais e suas múltiplas configurações.

O papel da IES no desenvolvimento social local/regional e, por conseguinte, na institucionalização da política de responsabilidade social, implica demarcar o lugar que a instituição ocupa na prestação de serviços públicos através da implementação de políticas sociais.

O processo de instauração da política de responsabilidade social terá como elemento fundante o estabelecimento e o aperfeiçoamento do vínculo com a comunidade e suas perspectivas de desenvolvimento social, econômico e ambiental.

A política de responsabilidade social da IES é construída e permanentemente repensada através da instauração de espaços de debate e problematização junto às comunidades interna e externa. Sua institucionalização implica no trabalho de análise de indicadores sociais internos e externos, considerados como indicativos das ações a serem desenvolvidas nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

DIMENSÕES

A IES define como dimensões de sua política de responsabilidade social a formação de profissionais, o desenvolvimento de pesquisas, a difusão de conhecimentos e a sua vocação regional e comunitária nas seguintes áreas:

a) compromisso com ações de inclusão social e promoção da cidadania;

b) defesa do meio ambiente, especialmente no âmbito da região de sua inserção;

c) compromisso com ações que promovam o desenvolvimento econômico sustentável;

d) defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

e) Promoção do bem estar social.

METAS

Considerando a missão, a finalidade e os princípios institucionais, a IES definiu um conjunto de metas amplas e prioritárias:

a) Implementar a política de responsabilidade social no âmbito das dimensões constitutivas da formação profissional, como também das práticas de gestão administrativa da instituição de ensino superior;

b) Definir e implementar ações de caráter integrador, onde a inclusão social e a promoção da cidadania sejam parâmetros balizadores das atividades acadêmicas;

c) Fortalecer programas e projetos relacionados à defesa da saúde, especialmente no âmbito da região e de sua inserção;

d) Ampliar e aprofundar a compreensão dos dados de realidade local e regional, visando à composição de indicadores sociais quantitativos e qualitativos que subsidiem o planejamento e a implementação de ações prioritárias de enfrentamento das múltiplas formas de exclusão social;

e) Aperfeiçoar programas e projetos voltados à defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

f) Fortalecer e estreitar relações com os governos municipal, estadual e federal e com a sociedade civil, representada pela pelas instituições privadas e não governamentais e comunidade em geral, no sentido de garantir parcerias interinstitucionais que objetivem a implementação de ações vinculadas à política de responsabilidade social da instituição em consonância com as demais políticas públicas e sociais.

OBJETIVOS

a) Estruturar a política de responsabilidade social na faculdade, considerando os impactos administrativos, financeiros e socioculturais desse processo.

b) Comprometer a comunidade acadêmica com a promoção da ética e do desenvolvimento sustentável.

c) Implementar a melhoria contínua dos programas, projetos, ações e atividades em desenvolvimento no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão.

d) Definir e adequar às bases da política de responsabilidade social institucional à legislação em vigor (governamental e institucional).

e) Estruturar metodologicamente o processo de implementação e execução de metas de responsabilidade social na instituição.

f) Definir procedimentos relacionados à documentação do processo de implementação da política de responsabilidade social institucional.

g) Instituir mecanismos organizacionais que oportunizem o conhecimento e a possibilidade de inserção em atividades de todos os setores e unidades, bem como à comunidade externa.

h) Construir um sistema de monitoramento e avaliação da política de responsabilidade social descentralizado e integrado, objetivando reconhecer o alcance das ações e a possibilidade de novas respostas às necessidades sociais, econômicas e ambientais, em conformidade com a legislação em vigor.

i) Definir regras que possibilitem a transparência das ações vinculadas à implementação da política de responsabilidade social na instituição.

As ações de responsabilidade social deverão ocorrer em todos os níveis e instâncias da instituição e serão de responsabilidade dessas mesmas instâncias e da comunidade a sua fiscalização e avaliação. Os projetos de responsabilidade social priorizarão as metas definidas: compromisso com ações de inclusão social e promoção da cidadania; defesa da saúde especialmente no âmbito da região de sua inserção; compromisso com ações que promovam o desenvolvimento econômico sustentável; defesa da memória cultural.

2.6. * Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.

As ações previstas pela instituição (com ou sem parceria) contemplam o desenvolvimento econômico e social, conforme proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.

Objetivo 01 - Criar incubadoras tecnológicas.

Metas:

a) Criar Incubadoras tecnológicas vinculadas às Unidades Acadêmicas;

b) Criar empresas incubadoras, até 2020.

Objetivo 02 - Incentivar a inovação tecnológica.

Metas:

a) Integrar as incubadoras às empresas Júnior para fomento e agregação de valores, em tecnologias e produtos gerados.

b) Criar um núcleo de desenvolvimento e fomento em linguagem de programação, integrando alunos e mercado.

c) Garantir recursos financeiros destinados a feiras e “workshops de tecnologia”, alternando um evento por ano, integrando todos os grupos e trabalhos da IES. Inserindo a DTI como participante dos eventos para divulgação dos recursos tecnológicos e de segurança.

d) Promover e consolidar o uso de novas tecnologias para interação virtual.

e) Fomentar o uso de novas tecnologias ofertadas pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP.

Objetivo 03 – Estimular a pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional.

Meta:

a) Promover parcerias com organizações públicas e privadas da sociedade civil para melhor articular a pesquisa universitária com as necessidades do desenvolvimento regional.

Objetivo 04 - Propiciar a execução de projetos de extensão como fundamento do desenvolvimento curricular e de contribuição para o desenvolvimento regional e melhoria das condições sociais.

Metas:

a) Estimular o envolvimento de professores, alunos e técnicos em atividades de extensão;

b) Estimular a pesquisa em áreas inovadoras;

c) Criar associação técnico-científica.

2.7. * Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social.

Há coerência entre o PDI e as ações de inclusão social previstas pela IES. A responsabilidade social refere-se às ações da instituição (com ou sem parceria) que contribuem para uma sociedade mais justa e sustentável.

Nesse sentido, deverão ser verificados trabalhos, ações, atividades projetos e programas desenvolvidos com e para a comunidade, objetivando a inclusão social, o desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura urbana/local e a inovação social.

O Programa Educação Inclusiva da IES é parte de um movimento que compreende a educação como direito humano fundamental, base para uma sociedade justa, com ações voltadas para o acesso e permanência de todas as pessoas ao ensino. Tem como objetivo mobilizar esforços para habilitar todos os cursos para o atendimento dos alunos na sua comunidade, especialmente aqueles que têm sido mais excluídos das oportunidades educacionais.

A palavra “inclusão” vem sendo amplamente discutida, em diferentes áreas das ciências humanas, principalmente nos meios educacionais, sendo utilizada em diferentes contextos e com diferentes significados.

Contudo, não podemos negar que a inclusão escolar e social está respaldada num longo e importante processo histórico, na dialética inclusão/exclusão, representado pelas lutas das minorias na incessante busca pela defesa dos direitos e da cidadania.

O Programa de educação inclusiva da IES visa proporcionar um aprofundamento na prática do Educador, do psicólogo, e demais profissionais envolvidos, buscando um entendimento sobre o processo da Educação Inclusiva, articulando o diálogo entre as partes: escola, aluno e família, com vistas à melhoria no processo ensino-aprendizagem e ao sucesso escolar das pessoas consideradas excluídas.

Objetivos:

a. Propiciar subsídios teóricos e práticos que colaborem para a compreensão da pessoa com necessidades educacionais especiais e pessoas pertencentes a classes minoritárias;

b. Discutir aspectos da educação especial e educação inclusiva, apresentando um panorama histórico das classes menos favorecidas;

c. Compreender os conceitos de integração escolar e inclusão escolar, e seu contraponto a segregação;

d. Discutir os aspectos pedagógicos e psicológicos do processo de inclusão;

e. Discutir as terminologias utilizadas quando em referencia às pessoas com deficiência, e propor uma discussão sobre o que se entende por necessidades educacionais especiais;

f. Ampliar conhecimentos a respeito das especificidades como: Deficiência Mental, Deficiência Física, Deficiência Auditiva, Deficiência Visual, Paralisia Cerebral, Autismo e Dislexia;

g. Discutir recursos, acessibilidade, apoio em sala de aula e na escola, avaliação e adaptação curricular;

b) Favorecer uma reflexão sobre o desenvolvimento da pessoa com necessidades especiais e daquelas que sofrem com a exclusão social.

A IES em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, declara a inclusão da Disciplina de Libras como disciplina curricular optativa nos cursos de educação superior (bacharelado) e componente curricular obrigatório nos cursos de licenciatura ministrados ou que venham a ser ministrados na IES.

2.8. * Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.

Há coerência entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas pela IES.

A IES desenvolve políticas de formação para direitos humanos e igualdade étnico-racial.

Metas:

a) Realizar, anualmente, seminários e audiências públicas que contemplem a temática;

b) Disponibilizar conteúdo programático em todos os cursos da IES;

c) Promoção de Atividades Complementares;

d) Atividades interdisciplinares e multidisciplinares;

e) Criação do programa de tópicos transversais;

f) Avaliação das ações afirmativas.

O desenvolvimento da proposta curricular para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana da IES visa articular a Educação nas Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados na Resolução nº. 01/2004 e no Parecer CNE/CP 3/2004, estabelecendo adequações aos programas de ensino e seus conteúdos em diferentes disciplinas nos Curso da IES.

O Programa é desenvolvido a partir do trabalho conjunto com os coordenadores e professores, planejando projetos interdisciplinares voltados para a compreensão da complexidade das Relações étnico-Raciais e atuantes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações positivas, rumo à construção de uma nação democrática.

Além do desenvolvimento do objeto de estudo na articulação e planejamento das disciplinas dos vários semestres nos cursos da IES, também são abordados através de assessoria direta do professor responsável, com possibilidades de atuação conjunta frente ao grupo de alunos, rompendo com a forma tradicional de trabalho docente para um trabalho cooperativo e comprometido com a função social do ensino, pesquisa e extensão.

A IES, como instituição de investigação e centro de educação técnica e superior, tem papel essencial na reconfiguração de mundo e, portanto, deve assumir a responsabilidade maior no processo de produção e incorporação da dimensão ambiental nos sistemas de educação e formação profissional. Deve também propiciar aos profissionais educadores ambientais, fundamentos teórico-práticos

indispensáveis para compreender, analisar, refletir e reorientar seu fazer profissional numa perspectiva ambiental.

Considerando a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, a IES oferece meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e sua consequência para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e o ambiente.

Com os conteúdos ambientais permeando todas as disciplinas dos currículos e contextualizados com a realidade da comunidade, a IES ajuda o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão holística, ou seja, integral do mundo em que vive. Para isso a Educação Ambiental deve ser abordada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares.

2.9. * Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI).

Há coerência entre o PDI e as atividades, previstas voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.

A IES promove convênios com instituições nacionais e internacionais.

Metas:

a) Estimular a mobilidade interinstitucional de discentes, de docentes e de técnico-administrativos, inclusive a mobilidade internacional;

b) Dinamizar a política de estágios e mobilidade na Faculdade;

c) Facilitar o acesso ao Programa Ciências sem Fronteira;

d) Realizar condições de inserção dos acadêmicos, docentes e técnico-administrativos em programas de línguas estrangeiras.

Promover o ingresso da IES em redes de colaboração nacional e/ou internacional.

Metas:

a) Propiciar visitas de docentes em outras instituições vinculadas;

b) Promover a participação de professores em congressos;

c) Estimular a produtividade acadêmica dos professores e alunos de graduação e pós-graduação;

d) Promover condições para que docentes da Faculdade orientem alunos de programas de mestrados e doutorados nas instituições que participam da rede de colaboração.

Os convênios firmados por uma Instituição de Ensino Superior refletem o nível de inserção e aceitação da mesma pela sociedade na qual está inserida. Assim, considerando a quantidade e qualidade das dezenas de convênios que a IES possui com organizações do setor público e privado da sociedade, podemos concluir que a IES conseguiu construir uma excelente imagem de credibilidade e aceitação.

A IES possui uma gestão proativa de aproximação com a sociedade que demanda serviços educacionais, técnicos e administrativos. Abaixo, apresentamos uma síntese das áreas contidas nos objetivos dos convênios mantidos pela IES:

1 – Cooperação Técnica;

2 – Pesquisa;

3 – Ensino de Graduação;

4 – Ensino de Pós-Graduação;

5 – Qualificação Profissional / Treinamento;

6 – Ação Comunitária;

7 – Estágios para Alunos da IES;

8 – Concessão de Bolsa para Professores;

9 – Concessão de Bolsa para Alunos;

10 – Aquisição de Equipamentos / Obras;

11 – Prestação de Serviços.

A IES possui já instituída o Núcleo de Convênios, onde estão centralizadas todas as ações referentes à formação de parcerias e convênios, desde a avaliação de sua necessidade até sua formalização. Atualmente este Núcleo trabalha de duas maneiras, no que diz respeito à efetivação de parcerias/convênios:

a. As empresas, cientes do importante papel que a IES representa na sociedade, procuram a instituição para formalizar a parceria/convênio;

b. A IES, por meio de necessidades apresentadas pela comunidade acadêmica, realiza visitas às instituições que possam contribuir de alguma forma, no desenvolvimento de atividades importantes para comunidade.

A celebração de parcerias com empresas públicas e privadas assume relevância nessa missão de formar profissionais capacitados a operar de acordo com as peculiaridades e necessidades Internacionais. Nas parcerias e convênios, a IES incentiva a participação docente e discente, facultando-lhes perceber vantagens em casos de produção industrial, tecnológica ou intelectual, em assessoramento a entidades externas, em participação em colegiados administrativos.

3. EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS

3.1. * Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.

Para a IES a educação é concebida como um instrumento que oferece ao indivíduo a oportunidade de construir a sua própria formação intelectual e profissional.

Nessa linha filosófica, seus cursos possuem uma orientação de permanente estímulo à imaginação e à criatividade dos alunos, procurando exercitar seu

raciocínio analítico, inspirar sua capacidade de realização e desenvolver suas habilidades de expressão oral e escrita.

Do ponto de vista institucional, essa filosofia se traduz no compromisso de acompanhar a evolução das potencialidades do aluno, adotando procedimentos que orientem seu processo de aprendizagem e estimulem a conscientização do compromisso com sua própria formação, não só como profissional, mas também como cidadão responsável.

Esta forma de pensar exige a incorporação de uma nova pedagogia, fundamentada numa concepção mais crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho. Assim, compreender criticamente a educação implica em reconhecê-la como uma prática inscrita e determinada pela sociedade; implica ainda, entender que, embora condicionada, a educação pode contribuir para transformar as relações sociais, econômicas e políticas, na medida em que conseguir assegurar a todos, ensino de qualidade, comprometido com a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

A pedagogia que se inspira nessa concepção de educação, sem desconsiderar os condicionantes de ordem política e econômica, interessada em introduzir, no trabalho docente, elementos de mudanças que garantam a qualidade pretendida para o ensino, é coerente com esse pressuposto, e busca garantir, ao aluno, o acesso ao conhecimento socialmente acumulado.

O processo de aquisição de conhecimento deve ser compreendido como decorrência das trocas que o aluno estabelece na interação com o meio (natural, social e cultural), cabendo ao professor exercer a mediação desse processo e articular essas trocas, tendo em vista a assimilação crítica e ativa de conteúdos significativos, vivos e atualizados.

A compreensão acerca do processo de elaboração do conhecimento obriga à superação da abordagem comportamentalista da aprendizagem. Consequentemente, os métodos de ensino passam a fundamentar-se nos princípios da psicologia cognitiva, que privilegia a atividade e iniciativa dos discentes. Os métodos utilizados, além de propiciar o diálogo, respeitar os interesses e os diferentes estágios do desenvolvimento cognitivo dos alunos, favorecem a

autonomia e a transferência de aprendizagem, visando, não apenas ao aprender a fazer, mas sobretudo, ao aprender a aprender.

Assim, a política de ensino da IES fundamenta-se em um processo de educação que permita a formação e o desenvolvimento de profissionais capacitados para atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para diagnosticar, desenvolver e implementar mudanças que contribuam para o desenvolvimento sustentável da sociedade, de forma geral, e, em particular, a Região.

São princípios subjacentes a essa política:

a) Formação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento;

b) Preocupação com o atendimento das necessidades da sociedade e da Região no que tange à oferta de cursos e programas para a formação e qualificação profissional;

c) Preocupação com os valores e princípios éticos;

d) Flexibilização dos currículos, de maneira a proporcionar aos discentes certa autonomia na sua formação acadêmica;

e) Monitoramento e atualização permanente dos projetos pedagógicos, sempre considerando as Diretrizes Curriculares e as demandas da Região;

As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de graduação, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sistemática de atualização curricular e programas de monitoria.

Assim, pretende-se garantir, de forma integrada, a realização de ações que contribuam para a qualidade do ensino, articulando a criação de cursos novos com a política de consolidação do PDI.

No que diz respeito aos cursos novos de graduação, consultadas as Coordenadorias, deve-se prever a criação de cursos que, ouvidas as demandas da sociedade, contribuam para o crescimento qualificado da Instituição e para uma maior articulação da faculdade com a sociedade, ampliando, desta forma, a área de atuação da Instituição na Região.

Abaixo, são apresentados o objetivo e metas para o desenvolvimento da Política de Ensino e ações acadêmicas para os cursos de graduação da IES, para os próximos cinco anos:

Objetivo - Consolidar e criar cursos de graduação.

Metas:

a) Atualizar os PPC, segundo as diretrizes das áreas e da legislação vigente;

b) Dotar e estruturar todos os laboratórios e demais ambientes didático-pedagógicos;

c) Capacitar o quadro de funcionários existentes;

d) Contratar docentes e técnicos, até suprir as especificidades e demandas de cada curso, anualmente;

e) Promover a qualificação de todo o quadro de funcionários.

f) Ofertar bolsas de monitoria, por demanda dos setores.

g) Reduzir em, no mínimo, 10% a evasão de discentes;

h) Reduzir em, no mínimo, 10% da retenção de discentes;

i) Regulamentar o ingresso de portador de diploma;

j) Criar novos cursos de graduação de acordo com a demanda local.

3.2. * Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu (aplica-se também às Faculdades e Centros Universitários, quando previstos no PDI).

Não se aplica (NSA) ao processo ou indicador específico.

3.3. * Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu (aplica-se quando previsto no PDI).

As ações acadêmico-administrativas previstas no PDI estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação lato sensu, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.

Metas:

a) Consolidar os cursos de Pós-Graduação existentes;

b) Elevar o conceito de todos os cursos de Pós-Graduação existentes.

c) Dotar cada curso de Pós-Graduação existente com 01 Técnico em Assuntos Educacionais.

d) Dotar e estruturar todos os laboratórios e demais ambientes de pesquisa;

e) Atingir o mínimo de 10 cursos;

f) Contratar docentes e técnicos até suprir as especificidades e demandas de cada curso;

g) Criar e implantar a Secretaria para Assuntos de Registro e Controle dos Dados Acadêmicos da Pós-Graduação;

OBJETIVOS. A classificação de políticas globais relacionadas aos cursos de pós-graduação "LATO SENSU" visam alcançar, na modalidade acadêmica, os seguintes objetivos:

GERAIS:

a) Aproveitar o potencial institucional existente para implantação de cursos;

b) Qualificar recursos humanos para docência.

ESPECÍFICOS:

a) Preparar condições para criação de futuros mestrados;

b) Desenvolver habilidades específicas para a pesquisa e docência.

c) As diretrizes são linhas mestras, nas quais se apoiará a futura política de pós-graduação "LATO SENSU", para melhor atingir os objetivos propostos.

AS PRINCIPAIS DIRETRIZES SÃO:

a) Observar, na criação dos cursos, a condição básica de um corpo docente qualificado com, no mínimo, o título de mestre;

b) Condicionar número reduzido de vagas a serem oferecidas às exigências do alto nível da qualidade desses cursos;

c) Assegurar, quando de interesse institucional, a criação de novos cursos, independente da sua auto suficiência, buscando recursos junto ao BID e Instituições não governamentais de fomento à pesquisa e pós-graduação;

d) Assegurar, auto suficiência dos cursos de pós-graduação "LATO SENSU", para garantir a sua qualidade e recursos orçamentários;

e) Exigir monografia de conclusão, bem como disciplinas didático - pedagógicas, podendo a monografia ser substituída por determinada carga horária de práticas cabíveis;

f) Criar mecanismos de acompanhamento e avaliação para assegurar a manutenção do mais alto nível de qualidade;

g) Assegurar que a criação e implantação dos cursos seja realizada sem prejuízo dos cursos de graduação da área.

3.4. * Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

As ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão previstas em conformidade com as políticas estabelecidas.

A proposta da IES, vislumbra a necessidade de implementação de uma Política de Arte e Cultura, que observando as dimensões da cultura como expressão simbólica, cidadania e economia, garanta, de forma consolidada, o papel da IES com o órgão de produção, fomento, difusão da arte e cultura em nosso estado, em articulação nacional e internacional.

Objetivos e metas para o desenvolvimento das ações acadêmicas administrativas para a pesquisa, arte e cultura.

a) Realizar seminários e fóruns sobre o tema;

b) Realizar projetos em parcerias com empresas, ONG´s, Governo Municipal, Estadual e Federal.

Ações promotoras da diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural, bem como ações afirmativas e de promoção dos direitos humanos, são contempladas no PDI da IES como elementos transversais no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), no Compromisso Social, na Comunicação com a Sociedade, na Política de Pessoal, na Organização e Gestão Institucional e na Política de Atendimento aos Estudantes, ainda em processo de avaliação na gestão superior da instituição.

No Projeto Pedagógico Institucional, a diversidade, o cuidado com o meio ambiente, a preservação da memória cultural e a produção artística e patrimônio cultural, bem como o respeito à diversidade e etnias, estão presentes desde as ações voltadas à inserção desses conteúdos nos PPC´s, até na aprovação de projetos de investigação que privilegiam os temas como objeto de estudo, e na proposição de atividades de extensão universitária.

3.5. * Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.

As ações acadêmico-administrativas de extensão estão previstas, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.

As ações acadêmicas administrativas para Extensão são gerenciadas pelas Coordenarias de cursos.

O principal documento norteador das ações de extensão é a Política de Extensão da IES.

Destaque-se que esta regulação institui por adesão à Política Nacional de Extensão, as modalidades de ações de extensão da Instituição, que são estabelecidas da seguinte forma:

Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Prestações de Serviço.

Nesse sentido, devem ser realizados esforços para ampliar a participação da Instituição parceiras, considerando que estas são formas significativas de consolidação das ações de Extensão.

Observando as diretrizes da Extensão universitária, estabelecidas pela Política de Extensão Universitária, a realização de ações de Extensão devem considerar as seguintes diretrizes:

Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e inter-profissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e o Impacto e Transformação Social.

Além disso, deve-se garantir, de forma qualificada, a integração entre ensino, pesquisa e extensão, através do fomento ao registro das ações de extensão realizadas no âmbito da IES; da promoção da integração da extensão com o ensino e a pesquisa; do alinhamento, através da extensão, da articulação e integração com outras instituições e com a comunidade; da garantia da equanimidade da extensão com as ações de pesquisa e ensino, em todos os níveis; do fomento às ações de Extensão que implicam no estabelecimento de relações multi e inter e/ou transdisciplinares, tanto entre setores da instituição quanto com a sociedade; da previsão da disponibilização de recursos na matriz orçamentária para o desenvolvimento de ações de extensão e para o seu fomento; do apoio e valorização ao estabelecimento de parcerias; e da promoção da articulação da extensão em todos os níveis.

Para a IES a atividade de Extensão é uma maneira de aproximar a Instituição e a sociedade de uma forma integrada. A Instituição através da Extensão aplica os conhecimentos adquiridos a partir do ensino e da pesquisa, transferindo-os para a sociedade na medida de suas necessidades. Assim, a apreensão das demandas e das necessidades da sociedade é que irão orientar a produção e o desenvolvimento de novas pesquisas. Esse processo recíproco é importante para ambas às partes e caracteriza uma relação dinâmica entre a IES e o seu meio social.

Dentro dessa perspectiva, a IES conduz sua política de extensão para:

a) A integração teoria e prática, a fim de preparar os alunos para a aplicação dos conhecimentos adquiridos por meio do ensino e da pesquisa;

b) A participação dos alunos em projetos desenvolvidos para o curso;

c) A valorização da participação dos discentes nas atividades relacionadas à extensão;

d) A condução e estabelecimento de ações voltadas à responsabilidade social.

Os programas de extensão, articulados com o ensino e pesquisa, são desenvolvidos sob a forma de atividades permanentes em projetos. Os serviços serão realizados sob a forma de:

1. Atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas e privadas;

2. Participação em iniciativas de natureza cultural, artística e científica; e

3. Promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas.

PLANO INSTITUCIONAL DE EXTENSÃO

A Diretoria Geral da IES no uso de suas atribuições legais resolve regulamentar o Plano Institucional de Extensão, como se segue:

A IES atua na área da extensão identificando as situações-problema na sua região de abrangência, com vistas à otimização do ensino e da pesquisa, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população.

Os programas de extensão, desenvolvidos pela IES privilegiaram as ações interdisciplinares, que reúnam áreas diferentes em torno de objetivos comuns.

A realização das atividades extensionistas (cursos e serviços) será regulamentada pelo Conselho Pedagógico, tendo presente o Regimento e demais normas legais vigentes. Estes programas podem ser ainda, coordenados pelo coordenador do curso ou por professor, designado pelo Diretor.

O financiamento da extensão será realizado com a utilização de recursos próprios da instituição ou mediante alocação de recursos externos, por meio de convênio (parcerias) com organizações da comunidade (local e regional), públicas ou privadas.

Os núcleos temáticos poderão atuar, também, na extensão oferecendo programas interdisciplinares e de natureza cultural e científica.

Os serviços serão realizados sob a forma de:

I. Atendimento à comunidade, diretamente ou às instituições públicas e particulares;

II. Participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;

III. Estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional;

IV. Promoção de atividades artísticas e culturais;

V. Publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;

VI. Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;

Estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica. A IES, dentro de sua política de extensão, assume o compromisso com a Região, em que está inserida, de “liderar o processo de desenvolvimento cultural da comunidade regional” e busca consolidar-se como “Faculdade Regional”.

Neste sentido, e para atuar sobre bases sólidas, os programas da instituição são delineados a partir de amplos debates realizados no âmbito regional. No atendimento deste compromisso, os programas atendem também aos princípios básicos do perfil da instituição.

Os programas caracterizados como de extensão não são restritos aos limites da instituição, mas são também estendidos para "fora da sede", em locais onde as necessidades se apresentem. Nesse aspecto, os laboratórios e demais serviços são colocadas à disposição de programas de maior alcance, oferecendo orientações básicas à população.

A integração Faculdade-Comunidade terá sequência natural tomando maior consistência, intensificando-se ainda mais à medida que os programas forem implementados.

O estreitamento da relação Faculdade-Comunidade será concretizado através de programas onde a cultura seja difundida, havendo entrelaçamento da cultura popular e acadêmica. Eventos como exposições, feiras, competições esportivas e outras formas de integração farão o chamamento da população para uma participação mais efetiva na vida acadêmica.

Ao mesmo tempo, a Faculdade, por meio de seus estudantes, se deslocará para levar cultura a locais fora da sede da instituição, no sentido de promover o conhecimento e, em consequência, contribuir para que o homem desempenhe um papel consciente dentro da sociedade.

O regulamento das atividades de extensão da IES será elaborado pelo Conselho Pedagógico, após aprovação para funcionamento do curso ora pleiteado.

3.6. * Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.

As ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão estão previstas, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos. Programa específico PAC.

3.7. * Comunicação da IES com a comunidade externa.

Os canais de comunicação externa estão previstos, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.

As ações de comunicação com a comunidade externa serão realizadas pelos diversos setores a quem compete à gestão das informações. Dentre esses, podemos destacar a implantação do Serviço de Informação ao Aluno. Há, ainda, a demanda da implantação efetiva da Ouvidoria da IES, que irá colaborar para o acesso e democratização das informações da Instituição. Ademais, as informações serão, de forma geral, disponibilizadas no site oficial da Instituição, gerenciado pela Secretaria Geral, setor que concentra a comunicação na IES, e pelos Links, administrados pelos próprios coordenadores.

As ações de comunicação com a comunidade externa foram estabelecidas de forma a promover a ampliação da integração da Faculdade com a sociedade, ampliando sua visibilidade e colaborando, de forma integrada, para promover e consolidar o

diálogo, garantir a transparência e o acesso às informações e aos produtos da Instituição. Nesse sentido, os diversos setores devem trabalhar para o fortalecimento da comunicação, através do estabelecimento de um a política que tenha como princípios a transparência, democratização da informação, divulgação do conhecimento e valorização institucional.

3.8. * Comunicação da IES com a comunidade interna.

Os canais de comunicação interna estão previstos, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.

Na gestão das ações de comunicação com a comunidade interna, devem da mesma forma que com a comunidade externa, ser envidados esforços para o aprimoramento dos processos de comunicação, com vistas a promover uma maior integração da comunidade interna, estabelecendo como base os princípios da transparência, democratização da informação, divulgação do conhecimento e valorização institucional. Nesse sentido, é imperioso que se estabeleça uma política que se paute na celeridade e otimização do fluxo de informação, através da modernização da gestão da informação.

3.9. * Programas de atendimento aos estudantes.

Os programas de apoio aos estudantes (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria), inclusive aos estrangeiros, estão previstos.

O apoio ao discente previsto contempla os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de atividades de nivelamento e extracurriculares não computadas como atividades complementares e de participação em centros acadêmicos e em intercâmbios.

A IES desenvolve diversas ações e mecanismos de apoio ao discente, destacando-se:

Estímulo e apoio à participação dos estudantes em atividades de iniciação científica, de extensão, atividades complementares e em eventos (congressos, seminários, painéis, simpósios) de natureza científica ou cultural, educacional.

Implantação do Núcleo de Apoio ao Estudante, destinado à prestação de serviços de apoio pedagógico (orientação acadêmica), de acompanhamento psicopedagógico, encaminhamento profissional e etc.

Desenvolve programa em tecnologia da informação que amplie as facilidades, aos alunos, para o acesso às informações do registro acadêmico.

O aluno é o centro das atividades acadêmicas e sujeito ativo do discurso do processo ensino - aprendizagem, pois os objetivos institucionais e a sua missão educacional não se cumprem sem a efetiva atenção aos discentes.

O diálogo entre a IES e seus alunos se faz de forma constante e aberta por meio de várias instâncias e órgãos administrativos, que receberam sugestões e reclamações que são encaminhadas para o exame do Diretor.

A orientação da vida acadêmica é incumbência da Secretaria Geral, havendo, ainda, atendimento financeiro ao aluno, que presta esclarecimentos sobre mensalidades, atestados e diplomas.

Cabe, ainda, a IES estimular a participação discente em eventos, cumprindo-lhe organizar simpósios, congressos, cursos, painéis, mostras científicas, divulgando pesquisas e abrir espaço para a participação.

O atendimento extraclasse aos alunos é realizado pelo Coordenador de Curso, pelos membros do Núcleo Docente Estruturante, pelos professores em regime de trabalho de tempo integral e tempo parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno. Essa orientação é feita de forma personalizada e

individualmente, mediante a prática de “portas abertas” onde cada aluno pode, sem prévia marcação, apresentar suas dúvidas.

A monitoria é, por sua vez, instrumento preparatório para a carreira docente, além de computar horas de Atividade Complementar na categoria ensino e aplicar ainda, desconto nas mensalidades como auxílio - bolsa.

Finalmente, o nivelamento do desempenho escolar é buscado por meio de turmas especiais em disciplinas com problemas de aprendizagem.

A IES mantem Programas institucionais de financiamento de estudos para alunos carentes com bolsas de estudo, tendo a finalidade de assegurar a permanência e o bom rendimento escolar de alunos com potencial, mas que apresentam dificuldades econômicas é compromisso da Mantenedora conceder bolsas de estudo para seus alunos, usando a porcentagem de sua receita e outros recursos, cuja captação será buscada junto a empresas, fundações e outras entidades públicas e privadas.

A Instituição busca estabelecer outro programa, o qual visará a Implementação da Bolsa-Trabalho, em convênios com instituições públicas e privadas do Estado e, em especial, da região.

Além de buscar adesão os programas Federais para oferta do FIES, PROUNI e PRONATEC em seus cursos.

3.10. * Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.

Os programas de apoio ao discente estão previstos, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).

A realização de eventos internos e externos da instituição será feita através de recursos da própria IES, em alguns casos, e com recursos recebidos de agências de fomento externo, às quais os docentes submetem seus projetos.

Existe um Programa de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente. Assim, será priorizado o estabelecimento de programas internos

de apoio à realização de eventos, que articulem a pesquisa ao ensino e à extensão, como maneira de garantir a publicidade dos resultados oriundos das práticas acadêmicas da Instituição, para que haja uma maior integração entre a Faculdade e a sociedade. Nesse mesmo sentido, o incentivo à produção discente deve ser realizado de forma contundente para que se garanta o aprimoramento da formação dos estudantes.

3.11. * Política e ações de acompanhamento dos egressos.

O plano de ações institucionais previsto atende à política de acompanhamento dos egressos.

O acompanhamento dos egressos na Faculdade será feito de forma sistematizada. Um órgão especifico realizará esse monitoramento, através de seus critérios de avaliação.

Nesse sentido, foi necessário estabelecer uma Política, integrada institucionalmente, que preveja mecanismos consolidados de um sistema de acompanhamento dos egressos da Instituição.

Essa Política deverá prever formas de monitoramento da empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho e da relação com as entidades de classe e empresas dos egressos da Instituição, de modo traçar indicadores da inserção da Faculdade no ambiente socioeconômico da região, priorizando os aspectos da responsabilidade social e cidadania. Essa política contribuirá para o estabelecimento de procedimentos de auto avaliação da Instituição e também para a consolidação de sua relação com a sociedade.

O acompanhamento de egressos nos Cursos da IES ocorrerá atendendo às necessidades do curso no seu sistema avaliativo, visando socializar as experiências na atuação profissional e fornecer subsídios para a reestruturação curricular do mesmo. Assim, vários procedimentos serão utilizados, tais como: manutenção de mala direta, divulgação na mídia em geral convidando para atividades de lazer e

tecno-científicas, feiras, mostras universitárias, avaliação pelo Programa de Avaliação Continuada e, mesmo nas monografias de final de curso, onde são realizadas pesquisas que fazem levantamento da situação atual do egresso.

O objetivo do instrumento de avaliação do Egresso é obter contribuições do ex-aluno para a melhoria da qualidade do Curso, diagnosticando:

• A sua posição no mercado de trabalho;

• Competências desenvolvidas durante e com auxílio do Curso;

• Dificuldades de colocação profissional;

• Competências não desenvolvidas, porém relevantes ao exercício da profissão;

• Visualização que o egresso possui do Curso e qual o seu interesse pela educação continuada.

• Aspectos de melhoria da qualidade de vida do egresso.

O instrumento para o egresso, em conjunto a outros instrumentos, entre eles a óptica dos discentes, a óptica dos docentes, a óptica dos gestores, avaliação de disciplinas, avaliação de laboratórios e biblioteca, identificação da expectativa da comunidade e fóruns, são fontes de informação para elaboração do relatório conclusivo de avaliação do Curso.

3.12. * Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.

As ações previstas pela IES para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor, foi atribuída para CPA em conjunto com o órgão de acompanhamento de egressos da IES.

O acompanhamento de egressos nos Cursos da IES ocorre atendendo às necessidades do curso no seu sistema avaliativo, visando socializar as experiências na atuação profissional e fornecer subsídios para a reestruturação curricular do mesmo. Assim, vários procedimentos serão utilizados, tais como: manutenção de

mala direta, divulgação na mídia em geral convidando para atividades de lazer e tecno-científicas, feiras, mostras universitárias, avaliação pelo Programa de Avaliação Continuada e, mesmo nas monografias de final de curso, onde são realizadas pesquisas que fazem levantamento da situação atual do egresso.

O objetivo do instrumento de avaliação do Egresso é obter contribuições do ex-aluno para a melhoria da qualidade do Curso, diagnosticando:

a. A sua posição no mercado de trabalho;

b. Competências desenvolvidas durante e com auxílio do Curso;

c. Dificuldades de colocação profissional;

d. Competências não desenvolvidas, porém relevantes ao exercício da profissão;

e. Visualização que o egresso possui do Curso e qual o seu interesse pela educação continuada.

f. Aspectos de melhoria da qualidade de vida do egresso

O instrumento para o egresso, em conjunto a outros instrumentos, entre eles a óptica dos discentes, a óptica dos docentes, a óptica dos gestores, avaliação de disciplinas, avaliação de laboratórios e biblioteca, identificação da expectativa da comunidade e fóruns, são fontes de informação para elaboração do relatório conclusivo de avaliação do Curso.

3.13. * Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI).

As ações previstas pela instituição, conforme proposto no PDI, contemplam a inovação tecnológica e a propriedade intelectual.

Considerando o que está estabelecido na visão da Faculdade, de se consolidar como referência em educação superior, ciência, tecnologia e inovação, as ações da Faculdade, integrando ensino, pesquisa e extensão, devem promover e fomentar a inovação tecnológica e contribuir para a consolidação e ampliação das políticas de proteção à propriedade Intelectual.

Essas ações devem ser realizadas, de forma integrada, em todos os setores, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e devem ser trabalhadas para estreitar a relação da Faculdade com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento da região.

4. EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

4.1. * Política de formação e capacitação docente.

A política de formação e capacitação docente está prevista, considerando, em uma análise sistêmica e global, o incentivo/auxílio à: participação em eventos científicos/técnicos/culturais; capacitação (formação continuada); qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações com os docentes.

Como forma de manter constante melhoria no ensino superior oferecido pela IES, ampliando o quadro de docentes, considerando a equivalência ideal de discentes/docentes e proporcionar ações que promovam esse desenvolvimento organizacional, elencamos, abaixo, os objetivos e metas propostos para o atendimento da evolução apresentada.

Objetivo - Promover a cultura de participação e divulgação das ações docentes.

Metas:

• Definir um plano de incentivo à participação em eventos, baseados em critérios definidos pela Faculdade;

Objetivo - Estabelecer políticas de capacitação docente e formação continuada.

Meta:

Criar e ampliar programas de convênios para capacitação docente.

Ampliar fomento que propiciem a participação dos docentes e divulgação de pesquisas;

Criar um calendário anual de eventos acadêmico-científicos da IES para divulgação, até o mês de janeiro de cada ano, a fim de viabilizar a participação docente.

4.2. * Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.

A política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está prevista, considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.

Vamos apresentar à comunidade uma constante melhoria na qualidade dos serviços oferecidos, buscando a eficiência, eficácia e efetividade. Será necessária a manutenção da equivalência discente/técnico-administrativo e o aperfeiçoamento e desenvolvimento de carreira, mapeamento das competências e atividades desenvolvidas que proporcione melhorias no ambiente organizacional da IES.

Objetivo - Garantir a capacitação e qualificação dos servidores técnico-administrativos

Metas:

• Realizar o dimensionamento do quadro de pessoal técnico-administrativo, organizando informações que antecipam a elaboração do plano de capacitação e qualificação dos funcionários técnico-administrativos;

• Promover a avaliação geral e contínua do corpo técnico-administrativo, como parte integrante para o desenvolvimento humano e de carreira;

• Promover o equilíbrio.

Objetivo - Promover a valorização dos funcionários técnico-administrativos.

Metas:

• Assegurar a ocupação dos cargos de direção e funções gratificadas da área administrativa por Funcionários técnico-administrativos, detentores de conhecimentos e habilidades necessárias para o desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo;

• Ampliar a divulgação interna das decisões tomadas nos conselhos superiores, por meio do boletim de serviços, divididas por temática;

• Manter a participação dos representantes dos funcionários técnico-administrativos nos conselhos superiores e incluir um representante da Biblioteca;

• Ampliar o orçamento necessário para capacitação e qualificação dos funcionários técnico-administrativos.

4.3. * Gestão institucional.

A gestão institucional está prevista para o funcionamento da instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões. Organização no âmbito acadêmico da IES que realiza funções de: estabelecer objetivos, planejar, analisar, conhecer e solucionar problemas, organizar e alocar recursos, tomar decisões, mensurar e avaliar.

Na IES, as políticas de gestão encontram-se inseridas em resoluções internas que regulamentam aspectos relacionados à gestão e desenvolvimento de pessoas, gestão financeira e orçamentária, gestão acadêmica e gestão administrativa.

A estrutura organizacional e os processos de gestão da IES oferecem as condições essenciais para o desenvolvimento do projeto institucional. Trata-se de uma Faculdade nova, com estrutura simples, baseada no Curso como unidade acadêmico-administrativa. O tamanho e a complexidade desta estrutura são adequadamente dimensionados.

Os diversos setores da organização relacionam-se entre si e correlacionam-se com a natureza da instituição e as atividades acadêmicas que desempenha ou pretende desempenhar. Há inegável coerência entre a estrutura organizacional e a prática administrativa.

A IES coloca a sua estrutura a serviço dos Cursos Superiores, uma de suas mais gratas metas, proporcionando os meios necessários para o desenvolvimento do projeto e funcionamento do curso.

Os recursos materiais disponíveis e os valores humanos envolvidos na execução do projeto da Faculdade e de seu PDI estão transformando as metas e ações para o alcance dos objetivos institucionais, demonstrando suficiência administrativa e consistência administrativa.

A Política acadêmica administrativa da IES deixa clara a decisão de alicerçar seu planejamento na missão institucional, na filosofia de ação participativa adotada, nas particularidades de sua identidade, nas pessoas que compõem a organização, nos alunos a quem a Instituição atende e na responsabilidade social que faz questão de ter.

Ao serem definidas as concepções acerca de política acadêmica administrativa, oportuno que se possa vinculá-lo ao processo de avaliação institucional, tal como vem ocorrendo em várias universidades brasileiras. Esses dois processos interligam-se e estão vinculados a dois aspectos fundamentais da Instituição: a tomada de decisões e a ação decorrente em termos de correção de desvios/ reforço dos aspectos positivos/ aproveitamento das disponibilidades.

Ambos os processos - o de política acadêmica administrativa e o de avaliação institucional -, vistos como instrumentos gerenciais, não são fins em si mesmos. São instrumentos articuladores de mudança e de correção de rumos, tanto no que concerne às estruturas organizacionais quanto ao que nelas se desenvolve.

Toda política acadêmica administrativa, tem como insumos básicos os componentes que dizem respeito à infraestrutura física, aos conteúdos, programas curriculares, materiais e equipamentos didáticos, recursos humanos e financeiros. Some-se a isso a legislação, conjunto de normas e regulamentos e outros componentes que são fundamentais para a organização e o funcionamento da Instituição, além da consideração permanente dos cenários externo e interno.

A política acadêmica administrativa, com relação aos insumos básicos, cumpre um papel importante no sentido de articular as demandas, os interesses, os projetos e os programas institucionais, distribuídos num cronograma em diferentes períodos de tempo e com atores diferentes.

Concebido dessa forma, a política acadêmica administrativa na IES constitui-se em uma ferramenta de desenvolvimento institucional. Torna aqueles que a utilizam capazes de se comprometer com as políticas por eles definidas, com os objetivos, metas e ações por eles traçadas e por eles executadas, avaliadas e realimentadas.

Estrutura Institucional

I - Conselho Superior;

II - Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão;

III - Diretoria;

IV - Conselho de curso;

V - Coordenadoria de curso;

VI - Instituto Superior de Educação - ISE.

4.4. * Sistema de registro acadêmico.

O sistema de registro acadêmico previsto atende às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.

O Sistema Integrado de Gestão é um sistema completo. Consoante aos objetivos estratégicos propõe para o período de vigência do PDI a reescrita e atualização do sistema acadêmico, protocolo e biblioteca, cujo processo já foi iniciado.

Objetivo - Otimizar o sistema de registro de controle acadêmico, estrutura física, equipamentos, aquisições/contratações e capacitação de pessoal.

Metas:

• Normatizar os procedimentos de registro acadêmico;

• Implantar a expedição de atestados, matrículas e histórico com certificação eletrônica;

• Ajustar o sistema para atender qualitativamente as demandas acadêmicas;

• Adquirir equipamentos compatíveis com a demanda visando à informatização completa.

4.5. * Sustentabilidade financeira.

As fontes de recursos previstas atendem ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.

A instituição mantenedora da IES possui em sua estrutura organizacional uma Diretoria Financeira, composta por profissional que tem por objetivo assessorar e auxiliar a mantenedora, os cursos de graduação e pós-graduação e as gerências em assuntos relacionados com:

1. Planejamento Estratégico;
2. Planejamento Corporativo;
3. Planejamento Operacional;
4. Planejamento Econômico-Financeiro;
5. Orçamento Empresarial e Departamental;
6. Orçamento de Projetos de Pesquisas;
7. Precificação de Cursos de Graduação e Pós-Graduação;
8. Planilhas de Custos Empresarial, Departamental e por Atividades;
9. Plano de Cargos e Salários;
10. Projetos de Viabilidade Econômica de natureza diversa;
11. Fluxos de Caixa;
12. Projetos de Investimentos e Reinvestimentos;
13. Relatórios Gerenciais de natureza Econômica, Financeira e Patrimonial;
14. Análise das Demonstrações Contábeis;
15. Precificação de atividades de extensão e serviços.

Dessa forma, a instituição conta com os seguintes instrumentos para tomada de decisões financeiras:

1. Planejamento Estratégico;

2. Projeto Político-Pedagógico Institucional;

3. Plano de Desenvolvimento Institucional;

4. Relatórios e Demonstrações Contábeis;

5. Fluxo de Caixa;

A prática do planejamento na instituição, qualquer que seja sua natureza, é participativa e envolve profissionais e/ou órgãos colegiados de sua estrutura. Os estudos, análises e elaboração de documentos serão realizados em nível macro (institucional) e micro (curso, órgão ou atividade).

De uma forma geral os planejamentos consideram sempre as receitas, os custos, as despesas, os investimentos e os resultados financeiros ou não de todas as atividades desenvolvidas na instituição.

O sistema de precificação de serviços de ensino e de extensão (cursos e serviços) serão fixados em contratos de prestação de serviços específicos elaborados em conformidade com a legislação civil, comercial e educacional vigente no país.

A mantenedora da Faculdade por ser uma instituição educacional sem fins lucrativos, busca sempre resultados superavitários de suas atividades para reinvestimentos, garantindo e assegurando sua continuidade, sobrevivência, crescimento e qualidade de seus serviços.

Especificamente, para o planejamento econômico financeiro dos cursos existentes e de cursos em fase de implantação e de acordo com as diretrizes e necessidades estabelecidas em cada Projeto Político Pedagógico dos referidos cursos, são levantadas informações em quatro áreas distintas a saber:

Recursos Humanos

Compreende o pessoal direto (docentes e funcionários) do curso mais o pessoal indireto e de apoio (diretores, gerencias e funcionários). O Custo do pessoal direto é computado pelo sistema de custeio direto e o pessoal de apoio por rateio em função, ora do número de cursos, ora em função do número de alunos. São considerados neste item aspectos relativos com titulação acadêmica, regime de trabalho e política salarial

Recursos Financeiros

Compreendem valores gerados pelo próprio curso em nível de resultado. Se necessário, a mantenedora cobrirá os possíveis déficits, uma vez que, fora as atividades de extensão comunitárias gratuitas, constitui política institucional buscar a auto-sustentabilidade das atividades de extensão comunitárias. Considera-se neste item o confronto entre a receita, custos e despesas, passando pelo resultado, incluindo percentuais de reinvestimentos no próprio curso. Através deste mecanismo serão estabelecidos o preço das mensalidades e a elaboração do orçamento anual do curso.

Recursos Materiais

Compreendem o material gasto diretamente no ensino, bem como material de escritório e utensílios utilizados em sala de aula e laboratórios. São, tipicamente, materiais de consumo. Considera-se neste item os valores dos gastos anuais que irão compor o orçamento do curso e a estipulação dos valores das mensalidades.

Recursos Patrimoniais

Compreendem móveis, máquinas, equipamentos computadores e ferramental utilizado em salas de aulas, laboratórios e auditórios, adquiridos para o curso e/ou utilizados pelos já existentes, muitas vezes, comuns a outros cursos. Considera-se neste item os valores gastos com imobilização e a aquisição do acervo bibliográfico necessário em cada curso.

4.6. * Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.

O planejamento financeiro previsto está relacionado com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.

4.7. * Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

A gestão do corpo docente encontra-se fundamentada em relação ao plano de carreira protocolado no Ministério do Trabalho.

Os critérios para o ingresso de docentes na IES e a alocação dos mesmos nas disciplinas, expressam uma diretriz de ação acessível ao conhecimento da comunidade interna e possibilitam o cumprimento de todos os objetivos enunciados no projeto pedagógico do curso. A experiência dos docentes é compatível com a natureza das atividades acadêmicas, as características do contexto da região em que se insere e a concepção do curso.

A qualidade e a excelência institucional não advém apenas das instalações físicas modernas e bem equipadas, mas fator determinante para tal êxito é a qualificação do material humano centrada na figura do professor, agente transformador e formador, no qual se centra o processo de ensino-aprendizagem.

Quanto à titulação de mestres e doutores são consideradas, exclusivamente, as reconhecidas pela CAPES ou revalidadas de acordo com as normas vigentes.

A carga horária dos docentes permite o cumprimento de todas as atividades acadêmicas previstas no projeto pedagógico do curso da IES.

Existe um contingente de docentes que dispõe de carga horária para dedicar-se ao curso nas atividades de: orientação didática aos alunos, participação em reuniões de planejamento e desenvolvimento de módulos didáticos (experimentos para aulas práticas, aperfeiçoamento de metodologias de ensino), práticas de investigação ou iniciação científica, extensão, e demais atividades previstas no projeto pedagógico do curso, o percentual do corpo docente com regime de trabalho de tempo parcial ou integral é maior que 80%.

O regime de trabalho para docentes tem por base a legislação trabalhista vigente e, especialmente a Convenção Coletiva de Trabalho - CLT que abrange a categoria econômica dos estabelecimentos particulares de ensino e a categoria profissional dos professores, bem como o princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O regime de trabalho é classificado em 03 (três) níveis: integral, parcial e horista de acordo com o Decreto n. 5.773/2006 e padrões de qualidade INEP/MEC, bem como o Plano de Carreira da Instituição.

- Regime Integral: classificam-se os docentes que disponibilizam 40 (quarenta) horas semanais à Instituição sendo até 20 (vinte) horas dedicadas ao ensino e as demais horas às atividades de gestão, avaliação, planejamento, extensão, iniciação científica, ação social, pesquisa, supervisão de estágio, orientação de trabalhos de curso, atividades complementares e outras de apoio ao ensino.

- Regime Parcial: classificam-se os docentes que disponibilizam 12 (doze) ou mais horas semanais à Instituição, sendo 25 (vinte e cinco) por cento da carga horária dedicadas para atividades extra ensino nos moldes elencados para as atividades dos docentes em regime integral.

- Regime Horista: classificam-se os docentes com qualquer carga horária dedicadas semanalmente à Instituição exclusivamente no ensino ou com carga horária de participação extra-ensino em quantidade insuficiente para classificá-los como em regime parcial ou integral.

A contratação, no regime mensalista, deverá ser feita mediante termo próprio, firmado pelo prazo de dois anos, quando a Diretoria avaliará o desempenho do contratado e solicitará a transformação do contrato para prazo indeterminado.

Os novos docentes contratados, antes de iniciar as atividades, devem participar de programa de capacitação docente da IES – de nível introdutório – sob a responsabilidade da Coordenação Pedagógica, com o objetivo de conhecer, no geral, o Projeto institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Regimento Geral e, de forma específica, o Projeto Pedagógico do Curso e o programa de pós-graduação, pesquisa e extensão em que irão atuar, assim como para receber as orientações acadêmicas e pedagógicas necessárias ao adequado desempenho docente, no ensino, na pesquisa e na extensão.

Além disso, a própria instituição estimula o seu corpo docente ao ingresso em planos de qualificação, seja através de ajuda de custo, seja através de licença remunerada ou não, intercâmbio com outras instituições, palestras, congressos, seminários e outros. Estimula e apoia, ainda, a publicação de artigos científicos, capítulos de livros e livros, assim como dissertações de mestrado e teses de doutorado.

4.8. * Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

A gestão do corpo técnico-administrativo encontra-se fundamentada em relação ao plano de carreira protocolado no Ministério do Trabalho.

A política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está prevista/implantada de maneira excelente, considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.

O sistema de administração/gestão está organizado de maneira a permitir pleno suporte à implantação e funcionamento do(s) curso(s) pretendido(s).

Os setores de suporte acadêmico contam com profissionais qualificados em suas respectivas áreas, prestando atendimento eficaz às demandas do funcionamento da Instituição.

O corpo técnico-administrativo é composto pelos setores de secretária, informática, biblioteca e extensão.

Do Secretário Geral será exigido o ensino superior completo ou cursando, com experiência na educação superior, conhecimentos de todas as ações que se referem ao controle, registro e documentos ligados à vida escolar do aluno, à Instituição e a administração dos processos educacionais.

A Política de Pessoal Técnico – Administrativa compreende critérios de recrutamento, triagem, seleção e contratação.

O corpo técnico-administrativo usufruirá de benefícios ofertados por lei e por convenção acadêmica. O trabalho profissional será avaliado inicialmente no período de experiência e na sequência por meio da avaliação contínua, em especial quando o funcionário concorrer à vaga por promoção.

POLÍTICA DO PESSOAL TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

Há proposta de corpo técnico-administrativo com excelente formação e plenas condições para o exercício de suas funções.

As políticas da Instituição constituem-se em normas gerais orientações para a ação. Fundamentalmente, estas normas constituem uma exposição de objetivos e princípios básicos, pretendendo ser um guia para todos os funcionários na execução de suas atividades.

Todos aqueles que trabalham em uma Instituição de Ensino: dirigentes, coordenadores, professores, corpo técnico-administrativo, demais funcionários, todos, sem exceção, devem portar-se como verdadeiros educadores. Os alunos devem perceber esta firmeza de princípios que perpassa todas as práticas administrativas e acadêmicas, desde as mais simples, até as mais complexas. Neste sentido, a política institucional para o corpo técnico representa a soma de iniciativas que apontam para o crescimento da sua competência técnica, de suas relações interpessoais, bem como todas as atividades que possibilitem sua efetiva integração na missão e no alcance de seus objetivos, expressos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, destacando a importância da integração e da participação de todos e da função de cada um.

Em sua política geral de Recursos Humanos considera fundamental:

• Promover o melhor relacionamento entre professores, funcionários e estudantes;

• Valorizar os recursos humanos como o maior patrimônio da Instituição;

• Dispensar a todos o mesmo tratamento, com justiça, respeito e dignidade;

• Propiciar a participação de todos os debates nas decisões que afetam a vida da Instituição;

• Buscar elevados padrões de conduta profissional; promover a qualidade do ensino;

• Valorizar a qualificação, a competência, o desempenho e a participação;

Essas premissas nortearão a implantação das políticas de Recursos Humanos de acordo com as diretrizes específicas para o pessoal docente e não docente.

PARA O PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

• Incrementar o setor de administração de recursos humanos, com equipe multidisciplinar;

• Instituição de programa de treinamento a cargo da diretoria, dos departamentos e dos setores administrativos;

• Entendimento de que os recursos destinados ao treinamento e desenvolvimento de pessoal devem ser encarados como investimentos e esses programas devem ter caráter permanente;

• Promover condições ambientais favoráveis e estimulantes ao auto desenvolvimento;

• Proporcionar a cada funcionário técnico-administrativo a possibilidade de desenvolver suas potencialidades através de um sistema de promoção a cargos de maior responsabilidade e de maior círculo de ação.

Com base na concepção expressa e no referencial teórico foram definidos os seguintes princípios:

• Conscientização da dimensão da importância das funções de todos e de cada um para o bom funcionamento dos setores, atividades-meio ou fim, ou seja, da instituição vista globalmente.

• Preocupação permanente com a capacitação e formação continuada dos integrantes do corpo técnico.

• Estímulo à motivação constante do corpo técnico direcionada para uma atuação propositiva e proativa que possa gerar um aperfeiçoamento dos diferentes serviços prestados na e pela Instituição.

• Necessidade de respeito e de esforço no sentido de preservação de um ethos acadêmico que contemple o interesse público, expresso, de certa forma, nas políticas públicas educacionais que emanam do MEC e legislações afins, bem como do Plano de Desenvolvimento Institucional.

• Zelo na interpretação e aplicação das normas legais; estatutárias e regimentais e das determinações de seus mais diversos documentos institucionais, propiciando para todos um ambiente de segurança jurídica e igualdade.

• Preocupação diária com todos os atos praticados dentro da Instituição, sabendo que representam, também, fonte multiplicadora de boas ações por parte dos alunos. Os funcionários e professores devem atuar como curadores de um ambiente agradável de trabalho, capaz de influenciar toda a comunidade que o cerca.

• Participação efetiva do corpo técnico na qualificação das relações interpessoais dos integrantes de toda a comunidade acadêmica institucional, bem como com a sociedade onde se insere a Instituição.

ATIVIDADES PERMANENTES

1. Utilização de espaços de convivência e troca de experiências entre os integrantes do corpo técnico com relação aos seus padrões de conduta e aos caminhos que precisam ser seguidos na busca constante de atingimento das características do perfil desejado de funcionário institucional.

2. Desencadeamento de ações institucionais de investimento na capacitação e formação continuada do corpo técnico através de alternativas internas e externas para a constante qualificação do Corpo Técnico, buscando aproximá-lo, o mais possível do perfil definido participativamente.

3. Incrementação do processo de avaliação institucional nos aspectos relacionados com o Corpo Técnico e suas funções, tendo em vista o necessário processo de realimentação.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DO CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

O pessoal técnico/administrativo contratado são selecionados na região por uma agência especializada, seguindo todos os critérios de seleção e exames psicológicos necessários.

5. EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA

5.1. * Instalações administrativas.

As instalações administrativas existentes atendem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade,

dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

O tipo e a quantidade de instalações atendem às necessidades institucionais, ou seja, ao organograma apresentado no PDI, considerando Diretorias, órgãos e setores da IES.

5.2. * Salas de aula.

As salas de aula existentes atendem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

As salas de aula implantadas para os cursos são excelentes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

Todas as salas de aula são dotadas de carteiras confortáveis e em ótimo estado de conservação, havendo inclusive, uma política de manutenção permanente de todo o mobiliário existente nas salas.

A ventilação é feita através de ventiladores ou aparelhos de ar condicionado, que tornam as salas de aula, ambientes saudáveis e apropriados para o bom desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

Assim, as salas para o ensino de graduação têm dimensões adequadas para o número de usuários, dispõem de adequadas condições acústicas, recursos multimídia e limpeza adequada.

Existem salas adaptadas exclusivamente para determinadas atividades.

Existem condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. N° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008).

5.3. * Auditório(s).

O auditório existente atende às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

5.4. * Sala(s) de professores.

A sala de professores existente atende às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.

A sala de professores implantada para os docentes dos cursos disponibiliza equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade, necessária à atividade proposta.

As instalações destinadas para as coordenações de cursos, para reuniões e para professores são de dimensões adequadas para o número de usuários, e possuem acesso a internet.

As instalações do campus oferecem aos coordenadores e docentes as condições necessárias ao aprimoramento de suas atividades.

Todo o campus é dotado de infraestrutura adequada, com salas de coordenação, secretarias amplas, salas de professores com acesso livre à Internet, salas de reuniões, armários/escaninhos para docentes, mobiliário próprio para cada uma das atividades, ventilação e iluminação adequadas de acordo com as necessidades.

Existem condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. N° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008).

5.5. * Espaços para atendimento aos alunos.

Os espaços existentes para atendimento aos alunos atendem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

O acesso da Praça de Convivência (onde se situa nossa cantina) às outras áreas (Secretaria, Tesouraria, Biblioteca, Sala dos Professores e Coordenadores e sala para atendimento aos alunos) é desprovido de qualquer degrau ou dificuldades ao aluno com deficiência, pois todas as áreas descritas encontram-se no mesmo plano, visando este aspecto de facilitar aos portadores de deficiência física.

5.6. * Infraestrutura para CPA.

A infraestrutura destinada à CPA atende às necessidades institucionais.

5.7. * Gabinetes/estações de trabalho para professores Tempo Integral – TI.

Os gabinetes/estações de trabalho implantados para os docentes em TI atendem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.

Espaços para o desenvolvimento de trabalho, de ordem técnica-administrativa e acadêmica, realizado pelos docentes, coordenadores e técnicos administrativos.

Os gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são excelentes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

A IES oferece gabinete de trabalho equipado, para o coordenador do curso e para os integrantes do NDE, professores de tempo integral - TI, segundo a finalidade (computador conectado à internet).

Existem condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. N° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008.

5.8. * Instalações sanitárias.

As instalações sanitárias existentes atendem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

A IES mantém nos sanitários boxes destinados a pessoas portadoras de deficiências físicas.

Existem condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. N° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008.

5.9. * Biblioteca: infraestrutura física.

A infraestrutura física atende às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.

Existem condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. N° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008.

5.10. * Biblioteca: serviços e informatização.

Os serviços da biblioteca atendem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.

5.11. * Biblioteca: plano de atualização do acervo.

O plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.

5.12. * Salas(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.

A sala de apoio de informática ou infraestrutura equivalente existente atende às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à internet, atualização de software, acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços, suporte e plano de atualização.

Existem condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. N° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008.

5.13. * Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.

Os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) previstas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar, de maneira excelente, os projetos pedagógicos dos cursos.

A IES dispõe de Laboratório de Informática equipado com máquinas para atendimento aos alunos durante o horário de funcionamento, sendo de utilização livre durante o período em que não estiver sendo utilizado para atividades de aulas.

Há rede WI-FI nas salas de aulas disponível para atividades acadêmicas.

A incorporação destes novos recursos tecnológicos, para além da “simples” utilização na prática educativa, deve considerar a proposta metodológica que a sustenta.

É importante analisar que o emprego das tecnologias da informação e comunicação impõe mudanças nos métodos de trabalho dos professores, gerando modificações no funcionamento das instituições e no sistema educativo.

O docente é o agente fundamental neste processo, pois é ele quem faz os planejamentos com as diversas utilizações das tecnologias da informação e comunicação.

A escolha da tecnologia, além de ser fundamental para o trabalho que o docente irá desenvolver com seus alunos, pressupõe uma visão de mundo, uma concepção de educação.

Fica assim evidenciada a importância que deve ser dada à escolha destes recursos que serão selecionados para serem utilizados com intuito educacional.

A escolha da tecnologia a ser adotado está diretamente ligada aos objetivos que o educador deseja alcançar. Conhecer o produto, conhecer algumas teorias de aprendizagem e ter um instrumento de avaliação são elementos que podem fornecer alguns indicativos para ajudar nessa escolha e no planejamento de suas atividades.

Planejar atividades educacionais com apoio tecnológico requer do professor mais tempo e maior capacidade de criação. Este deve investigar e conhecer bem os propósitos do recurso tecnológico, sua qualidade técnica-estética e curricular, sua adequação às características dos alunos, bem como as concepções teóricas que lhe dão suporte e o momento adequado para sua introdução.

5.14. * Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.

A infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação), plano de atualização e acessibilidade. Laboratórios equipados com diversos instrumentos de medição e experimentação onde se realizam vários tipos de experiências de acordo com a área do curso.

Os laboratórios didáticos especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: quantidade de equipamentos adequada aos espaços físicos e alunos vagas pretendidas.

Existem condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. N° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008.

5.15. * Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.

Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: serviços e normas de segurança. Laboratórios equipados com diversos instrumentos de medição e experimentação onde se realizam vários tipos de experiências de acordo com a área do curso.

Os laboratórios didáticos especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, de maneira excelente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: quantidade de equipamentos adequada aos espaços físicos e alunos vagas pretendidas.

Existem condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. N° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008.

5.16. * Espaços de convivência e de alimentação.

Os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Existem condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. N° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008.

6. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

6.1. * Alvará de funcionamento.

A IES possui alvará de funcionamento.

6.2. * Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

IES possui certificado que atesta as condições de segurança contra incêndio.

A IES apresenta recursos anti pânico em suas instalações.

6.3. * Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico, conforme disposto na Portaria N° 1.224, de 18 de dezembro de 2013.

A IES cumpre as exigências da legislação.

6.4. * Condições de ACESSIBILIDADE FÍSICA para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

A IES apresenta condições adequadas de acessibilidade. Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

No âmbito educacional, a acessibilidade pressupõe não só a eliminação de barreiras arquitetônicas, mas a promoção plena de condições para acesso e permanência na educação superior para necessidades educacionais especiais. Condição de utilização, com autonomia total ou assistida, de recursos tecnológicos. Serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

O presente documento objetiva demonstrar a institucionalização da Política de Acessibilidade na IES, a fim de assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior, fundamentado nos princípios e diretrizes contidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006) e no Decreto n°. 5.296/2004.

Nesse sentido, a Mantenedora por meio de aporte contínuo e sistemático de recursos orçamentários para a execução de ações de acessibilidade, viabilizou o Programa de “Acesso à Educação” previsto em seu PDI vigente.

As ações de acessibilidade na IES foram executadas por meio das diretorias, objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

Assim visando enfrentar o desafio e construir projetos capazes de superar os processos históricos de exclusão, nosso PDI, chama a atenção para os altos índices de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização, tendo como objetivo promover as transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola.

A partir desta reflexão acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos, nossos documentos basilares desenvolvem uma Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais, assim representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, ressaltando que: O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que a IES deve acolher todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

A proposta de um programa educacional inclusivo passa, então, a ser percebida na sua dimensão histórica, como processo de reflexão e prática, que possibilita efetivar mudanças conceituais, político e pedagógicas, coerente com o propósito de tornar efetivo o direito de todos à educação, preconizado pela Constituição Federal de 1988.

Em consonância com a legislação que assegura o direito da pessoa com deficiência à educação; com a atual política de educação especial e com os referenciais pedagógicos da educação inclusiva, importa explicitar o significado destes marcos legais, políticos e pedagógicos, bem como, seu impacto na organização e oferta da educação em todos os níveis e etapas.

Com a finalidade de ressaltar as condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, na educação superior, sublinham-se os principais aspectos da legislação vigente e dos referenciais políticos e pedagógicos educacionais.

Assim, a IES assegura o pleno acesso, em todas as atividades acadêmicas, considerando:

A Constituição Federal/88, art. 205, que garante a educação como um direito de todos;

A Lei n° 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais-Libras;

O Decreto n° 3.956/2001, que ratifica a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de deficiência;

O Decreto n° 5.296/2004, que regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. No seu artigo 24, determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade público e privado, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários;

O Decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei n° 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos e , optativamente, nos demais cursos de educação superior;

O Decreto n° 5.773/2006, que dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores no sistema federal de ensino;

O Decreto n° 6.949/2009, que ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU,2006),que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis;

O Decreto n° 7.234/2010, que dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil - PNAES;

A Portaria n° 3.284/2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência para instruir processo de autorização e reconhecimento de curso se de credenciamento de instituições;

Ações do Programa de acessibilidade

a) infraestrutura

O projeto arquitetônico e urbanístico da IES foi elaborado, atendendo os princípios do desenho universal.

b) currículo, comunicação e informação

A garantia de pleno acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência, dá-se por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; de equipamentos de tecnologia assistiva e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras.

c) programas de extensão

A participação da comunidade nos projetos de extensão será assegurada a todos e todas, por meio da efetivação dos requisitos de acessibilidade. Além disso, disseminar conceitos e práticas de acessibilidade por intermédio de diversas ações extensionistas, caracteriza-se em compromisso institucional com a construção de uma sociedade inclusiva.

d) programas de pesquisa

O desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada, abrangendo as inúmeras áreas do conhecimento tem sido importante mecanismo para o avanço da inclusão social das pessoas com deficiência, quando se fundamenta no princípio da transversalidade, do desenho universal e no reconhecimento e valorização da diferença humana, compreendendo a condição de deficiência como característica individual. Assim, é possível, dentro das especificidades de cada programa de pesquisa, articular, ressignificar e aprofundar aspectos conceituais e promover inovação, ao relacionar as áreas de pesquisa com a área da tecnologia assistiva.

Insta destacar algumas ações especificas do programa de acessibilidade da IES:

a) Adequação arquitetônica ou estrutural de espaço físico reservado à instalação e funcionamento da instituição;

b) Adequação de sanitários, alargamento de portas e vias de acesso, construção de rampas, instalação de corrimão e colocação de sinalização tátil e visual;

c) Aquisição de mobiliário acessível, cadeira de rodas e demais recursos de tecnologia assistiva;

d) Contratação de profissionais para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas e para o uso dos recursos de tecnologia assistiva, da Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros códigos e linguagens.

6.5. * Condições de ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA, ATITUDINAL E DAS COMUNICAÇÕES para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

A IES cumpre as exigências das legislações.

6.6. * Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

A IES cumpre as exigências da legislação vigente.

A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Aplicam-se às pessoas com transtorno do espectro autista os direitos e obrigações previstos na Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e na legislação pertinente às pessoas com deficiência.

Considera-se pessoa com transtorno do espectro autista aquela diagnosticada como portador de doença classificada no CID-10 nos itens F.84.0, F.84.1, F.84.2, F.84.3, F.84.5, F.84.8 e F.84.9, ou em outros itens que venham a substituí-los.

É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em um sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.

O direito de que trata o caput será assegurado em todas as políticas de educação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, segundo os preceitos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em casos de comprovada necessidade de apoio às atividades de comunicação, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com transtorno do espectro autista ou outra deficiência estiver matriculada

disponibilizará profissional para apoio nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

A família da pessoa com transtorno do espectro autista ou outra deficiência poderá optar por indicar o profissional de que trata o § 2º, desde que arque com os respectivos custos, observadas as regras da instituição de ensino em que a pessoa com deficiência estiver matriculada.

O atendimento educacional especializado complementa os conhecimentos propostos no Ensino Básico e na Educação Superior, não substituindo a escola regular obrigatória para as pessoas dos seis aos quatorze anos, diferentemente do que preceituava a Constituição anterior, que colocava a Educação Especial no âmbito da assistência. Ademais, por se tratar de direito indisponível de acesso à educação, em ambiente escolar, o direito ao atendimento educacional especializado, previsto no artigo 58 e seguintes da LDB, não substitui o direito à educação oferecido em turmas escolares comuns, sendo a tendência atual, a educação inclusiva, respeitando-se as diferenças e facilitando o crescimento plural.

6.7. * Plano de Cargos e Carreira Docente.

O Plano de Cargos e Carreira Docente está protocolado no Ministério do Trabalho e Emprego.

6.8. * Plano de Cargos e Carreira dos técnicos administrativos.

Plano de Cargos e Carreira dos técnicos administrativos está protocolado no Ministério do Trabalho e Emprego.

6.9. * Titulação do Corpo Docente Universidades e Centros Universitários: Percentual mínimo (33%) de docentes com pós-graduação stricto sensu , conforme disposto no Art. 52 da Lei N° 9.394/96 e nas Resoluções N° 1/2010 e N° 3/2010. Faculdades: No mínimo docentes com formação em pós-graduação lato sensu , conforme disposto na Lei N° 9.394/96.

O corpo docente tem, no mínimo, formação lato sensu.

6.10. * Regime de Trabalho do Corpo Docente Universidades: Percentual mínimo (1/3) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme disposto no Art. 52 da Lei N° 9.394/96 e na Resolução nº 3/2010. Centros Universitários: Percentual mínimo (20%) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme disposto na Resolução N° 1/2010.

A IES atende os requisitos legais

6.11. * Forma Legal de Contratação dos Professores.

A contratação de professores ocorre mediante regime de trabalho CLT pela mantenedora com registro na mantida.

6.12. * Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme disposto no Art. 11 da Lei N° 10.861/2004.

A Avaliação Institucional é um dos componentes do Sinaes e está relacionada: à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades: 1) a auto avaliação, coordenada pela CPA e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de auto avaliação

elaborado pelo Inep e pela Conaes; 2) a avaliação externa, que tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior, expressos nos instrumentos de avaliação, e nos relatórios das auto avaliações.

A auto avaliação Institucional será desenvolvida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme disposto no artigo 11 da Lei 10.861/04, com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações para a efetiva interlocução para implementação do SINAES.

O planejamento das atividades da CPA será discutido com a comunidade acadêmica, devendo levar em conta as características da instituição, seu porte, continuidade e a existência de experiências avaliativas anteriores.

A composição da CPA da IES atende todos os requisitos para sua legitimidade e autonomia, constituída por regulamento próprio aprovado pelo órgão superior da Instituição.

6.13. * Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS), conforme disposto na Portaria N° 1.132, de 2 de dezembro de 2009.

A IES possui COLAPS. Órgãos colegiados de natureza consultiva, com função de acompanhamento, averiguação e fiscalização do Prouni nas IES participantes do Programa.

6.14. * Normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Centros Universitários, conforme disposto na Resolução CNE/CES N° 1/2010.

Não se aplica (NSA) ao processo ou indicador específico.

6.15. * Normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Universidades, conforme disposto na Resolução CNE/CES N° 3/2010.

Não se aplica (NSA) ao processo ou indicador específico.

6.16. * Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.

A IES cumpre as exigências das legislações.

O Programa integrante das matrizes curriculares dos cursos da IES para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena visam articular a Educação nas Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados na Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004, estabelecendo adequações nos conteúdo de diferentes disciplinas e nas atividades complementares.

O Programa proposto será desenvolvido a partir do trabalho conjunto com os coordenadores e professores, planejando projetos interdisciplinares voltados para a compreensão da complexidade das Relações étnico-Raciais e atuantes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações positivas, rumo à construção de uma nação democrática.

Além de o programa ser objeto de estudo na articulação e planejamento das disciplinas dos vários semestre em todos os cursos, o tema também é abordado através de assessoria direta do professor responsável, com possibilidade de atuação conjunta frente ao grupo de alunos, rompendo com a forma tradicional de trabalho docente para um trabalho cooperativo e comprometido com a função social do ensino, pesquisa e extensão.

6.17. * Políticas de educação ambiental, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP N° 2/2012.

A IES cumpre as exigências das legislações. Percebemos no cotidiano uma urgente necessidade de transformações para a superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação da natureza – e da própria humanidade – como objetos de exploração e consumo. Vivemos em uma cultura de risco, com efeitos que muitas vezes escapam à nossa capacidade de percepção, mas aumentam consideravelmente as evidências de que eles podem atingir não só a vida de quem os produz, mas as de outras pessoas, espécies e até gerações.

Trata-se de uma crise ambiental nunca vista na história, que se deve à enormidade de poderes humanos, com seus efeitos colaterais e consequências não antecipadas, que tornam inadequadas as ferramentas éticas herdadas do passado.

Para o enfrentamento desses desafios e demandas na perspectiva de uma ética ambiental, devemos considerar a complexidade e a integração de saberes. Tais preocupações éticas criam condições de legitimação e reconhecimento da educação ambiental para além de seu universo específico; ela se propõe a atender aos vários sujeitos que compõem os meios sociais, culturais, raciais e econômicos que se preocupem com a sustentabilidade socioambiental. Devido às suas características multidimensionais e interdisciplinares, a educação ambiental se aproxima e interage com outras dimensões da educação contemporânea, tais como a educação para os direitos humanos, para a paz, para a saúde, para o desenvolvimento e para a cidadania. Mas sua especificidade está no respeito à diversidade, aos processos vitais – com seus limites de regeneração e capacidade de suporte – eleitos como balizadores das decisões sociais e reorientadores dos estilos de vida individuais e coletivos.

Este é o caso da experiência social da educação ambiental no interior da IES, ao ressignificar o cuidado para com a diversidade da vida como valor ético-político, orientador de um projeto de sociedades ambientalmente sustentáveis.

Ideário que alimenta a utopia de uma relação simétrica entre os interesses das sociedades e os processos ambientais, fugindo da dicotomia estigmatizante ambiente-natureza.

A prática pedagógica na IES inclui, entre outras atividades, a docência, o desenvolvimento e o acompanhamento de projetos de pesquisas, a elaboração e

atualização de ementas de disciplinas e ações de extensão e atividades complementares.

A Educação Ambiental é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino/aprendizagem pretendido, participando ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais e busca de soluções, sendo preparado como agente transformador, através do desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes, através de uma conduta ética, condizentes ao exercício da cidadania.

A definição da educação como uma abordagem interdisciplinar proposta pelo Programa Nacional de Educação Ambiental, põe em xeque a estrutura pedagógica que prevalece em nosso sistema educacional. A fragmentação curricular, a visão compartimentalizada do conhecimento, a busca por compreensão da realidade em partes orientada pela cientificidade construída pela razão moderna é o grande desafio a ser superado.

A interdisciplinaridade, como um enfoque teórico-metodológico, originário da segunda metade do século XX aponta para a necessidade de superar a fragmentação e o caráter de especialização do conhecimento.

Apresentando-se na perspectiva da dialogicidade e da integração das ciências e do conhecimento, a interdisciplinaridade busca romper com o caráter de hiperespecialização e com a fragmentação dos saberes, tão presente em nossas práticas educativas formais.

Veiga Neto (1994) o esclarece que “O conhecimento disciplinar não pode ser extinto por atos de vontade, por engenharia curricular ou por decretos epistemológicos, uma vez que a disciplinaridade dos saberes é um dos fundamentos da modernidade”.

Portanto, a busca pela superação dessa postura disciplinar, implica em uma busca maior pela mudança das formas de pensar o mundo e a vida, em geral. Trata-se de mudarmos as lentes e sermos capazes de novas leituras do real, mesmo que ainda sejamos aprendizes desta nova gramática de sentidos que nos permite chegar a novos territórios de um saber interdisciplinar”.

A educação ambiental pensada e desenvolvida a partir da compreensão de que estamos imersos em uma crise planetária, cujas causas estão nas relações sociais construídas historicamente, exige que tenhamos a capacidade de articular os

saberes buscando aproximações e compreensão das inter-relações que estão na base dos problemas ambientais.

Em face desta conjuntura utilizamos a expressão “saber ambiental” como conteúdo da educação, enfatizando o seu potencial problematizador da realidade pela multiplicidade de conhecimentos que comporta e pode articular.

Ao discutir a incorporação do saber ambiental no nível universitário entende que a produção e a incorporação do saber ambiental nas universidades se dá num processo de abertura dos paradigmas teóricos, das barreiras institucionais e dos interesses disciplinares.

6.18. * Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012.

A IES cumpre as exigências das legislações. A dimensão socioambiental, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, destina-se à conservação, recuperação e melhoria das condições ambientais, sociais e existenciais, promovendo a participação de toda a comunidade da IES, no delineamento, planejamento, implantação e avaliação das atividades e dos seus indicadores, que constam no seu PDI.

Há tempos que a questão “sustentabilidade” vem tomando forma dentro da sociedade, visto que o cuidado com o meio ambiente se faz necessário para o bem coletivo, o que torna o projeto em tela de extrema importância. A Carta Maior de 1988, em seu art. 225, quando assevera: “Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preserva-lo paras as presentes e futuras gerações.”, já prevê pragmatismo na área ambiental, mostrando seu posicionamento quanto à forma de agir e aplicar recursos na Administração Pública.

Diante desta premissa, a IES vem aplicar com mais efetividade em suas demandas internas e externas, o critério de sustentabilidade.

Integrando conceitos novos em sua estrutura, que estreitarão os laços de compromisso com a coletividade, e consequentemente, o bem-estar de todos. Este é o compromisso que se busca com a implantação do Plano de Gestão Sustentável.

Nesse sentido, a elaboração e implantação do PGS irá integrar as ações que visam à melhoria dos processos e projetos executados na IES. Sendo assim, a Comissão procurou democratizar o processo de elaboração do PGS, estabelecendo pontos focais, de modo a aproveitar o conhecimento das mais diversas áreas e provocar o engajamento dos membros acadêmicos, por meio de reuniões semanais das quais participaram colaboradores e representantes da comunidade acadêmica.

Este documento é resultado do esforço de vários setores da IES, visando construir um sistema de gestão mais sustentável, alinhado com a missão institucional de preservar o meio ambiente por meio de estratégias para proteção, uso sustentável dos recursos naturais e estímulo ao desenvolvimento sustentável.

6.19. * Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.

A IES cumpre as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diante o contexto, pode-se afirmar que a Resolução CNE/CP n.º 1/2012 apresenta-se perante todos os documentos que a IES apresenta em sua proposta.

Em regra, os conhecimentos relativos à Educação em Diretos Humanos devem ser inseridos no Ensino Superior por meio da transversalidade, da inclusão de conteúdo específico no bojo de ementa(s) compatível(is) descrita(s) na matriz curricular dos cursos, ou ainda, de forma mista, combinando transversalidade com disciplinaridade.

A única obrigatoriedade está contida no artigo 8º, da respectiva Resolução que vincula tal inserção de conteúdo como disciplina obrigatória nos cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da Educação. Nos demais cursos, tal conteúdo deve permear os currículos conforme descrito no parágrafo anterior.

No Ensino Superior brasileiro a implementação da Resolução em voga deve se pautar nos Planos e Programas Internacionais e Nacionais de Direitos Humanos e

Educação em Direitos Humanos, com fulcro a formar o cidadão ético, crítico e político.

Em um curso cuja integralização ultrapasse 04 (quatro) anos, imprescindível que tal implementação se dê em conjunto, combinando transversalidade com disciplinaridade no decorrer de toda integralização, pois a transformação social só ocorre quando a Educação se perpassa com o tempo, de forma contínua e persistente.

IX - PLANO DE AÇÕES DE MELHORIAS DA IES

1 - A missão e o plano de desenvolvimento institucional.

Ações:

Análise constante da missão, finalidades, objetivos e compromissos do PDI, considerando a atualização sobre a conjunção entre o PPI, PPC e suas praticas pedagógicas, com base nas demandas do mercado de trabalho, na comparação

com outras instituições de ensino, nos conteúdos verificados no Exame Nacional de Curso e na percepção de dirigentes, docentes e discentes.

2 - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulos à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Ações:

Concepção dos currículos e da organização didático-pedagógica de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e as inovações de cada área. Revisão e reestruturação semestral de planos de ensino, ementários e bibliografia básica das disciplinas, utilizando uma concepção dinâmica e flexível de currículo. Valorização dos estágios supervisionados e diferentes práticas profissionais, integrando-os à Pesquisa, buscando atender às demandas da sociedade e contribuindo com a indissociabilidade entre a teoria e a prática. Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a difusão de publicações científicas, técnicas e artísticas, organização de eventos e formação de grupos de pesquisa. Estímulo à utilização, pelos professores, de ações desencadeadoras de aprendizagem, articuladas através de visitas, observações, viagens e outras atividades, realizadas com os acadêmicos. Entendimento da Extensão como espaço para a instrumentalização da integração entre a teoria e prática numa perspectiva interdisciplinar e como processo educativo, cultural e ou científico, o que denota toda a gama de possibilidades de ações extensionistas, firmadas no PDI.

3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Ações:

Eventos promovidos para o desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais, com registro e verificação do seu grau de aceitação junto ao público alvo a partir de enquetes aplicadas ao final dos eventos. Registro e avaliação das estratégias de relacionamento da instituição com a

comunidade local e regional, quanto a eventos abertos a comunidade, cursos oferecidos, convênios, parcerias, acordos de estágios, entre outros, verificando sempre o nível de satisfação com relação a estes. Oferecimento de diversos programas de bolsas e incentivos para estudos de discentes carentes, tais como: PROUNI, Bolsa Escola da Família, FIES, Bolsa atleta, Bolsa Família, Bolsa por Rendimento no processo Seletivo, Bolsa Convênios, Bolsa Ex-aluno.

4 – A comunidade com a sociedade.

Ações:

Avaliação da qualidade da imagem da Instituição e de cada um dos seus cursos junto ao público externo de influência a partir de levantamentos específicos por amostragem, do registro do crescimento da procura nos processos seletivos, do crescimento dos números de estagiários em empresas e instituições da região e dos questionários de opinião junto à população em geral. A Instituição possui canais de informação e comunicação internos e externos, com mecanismos existentes para garantir que a informação favoreça a articulação entre as distintas áreas da instituição e a sociedade.

5 – As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Ações:

Realizada por meio de coleta de dados por meio de documentos e relatórios administrativos que possibilitam análise qualificativa dos dados. Esta avaliação tem uma segunda vertente destinada a analisar a natureza e estrutura administrativa da IES com o pessoal que executa as tarefas e com o público que dela usufrui. Foram investigados os setores Administrativos, Acadêmico, Secretaria, Manutenção, Serviços e outros. Levantamento do perfil de todo os envolvidos para verificar sua evolução quanto à qualificação, titulação e aprimoramento profissional, verificar o seu desempenho quanto à ministração de aulas, metodologias e critérios de avaliação e material didáticos empregados e verificar o valor das suas ações e comportamento ético no desempenho de cada função.

6 – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação

com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Ações:

A forma de organização e gestão institucional estabelecida no Regimento Interno da IES foi à participativa, que incorpora visões, conceitos, métodos e técnicas mais avançadas de preparação e orientação de ações futuras, com independência e autonomia. Concebida dessa forma, a gestão da Instituição constitui-se em uma ferramenta de desenvolvimento institucional. Torna aqueles que a utilizam capazes de se comprometer com as políticas por eles definidas, com os objetivos, metas e ações por eles traçadas e por eles executadas, avaliadas e realimentadas. A Organização Institucional, portanto, não provoca a cisão entre a categoria funcional dos que "pensam", os planejadores, e a dos que "executam" a ação, os atores; O envolvimento de todos os segmentos da comunidade nos processos decisórios e coerente com a filosofia participativa da Direção Geral, estimulando a participação e o comprometimento de todos os envolvidos no planejamento, no estabelecimento e no detalhamento das metas e das ações acadêmico-administrativas, assim como na sua execução, uma vez que, naturalmente, envolve discussão para articular interesses divergentes e mesmo contraditória, preservando a independência e autonomia perante a mantenedora; Os órgãos suplementares e de apoio, que visam a dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão e o atividade-meio da Faculdade, são disciplinados por Resolução do Diretor Geral, ressalvado o disposto neste Regimento.

7 – Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Ações:

Políticas institucionais de expansão, conservação e utilização dos meios estruturais em função pedagógica. Essa etapa é avaliada permanentemente e busca construir um banco de dados que indique o índice de satisfação dos discentes com o nível de conforto e satisfação no uso e manejo dos recursos mencionados. Avaliação do acesso a portadores de deficiências físicas.

8 – Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos resultados e eficácia da auto avaliação institucional.

Ações:

As atividades de avaliação institucional realizadas em caráter permanente são as seguintes: Avaliação do processo acadêmico de todos os cursos de graduação na ótica do discente, docente e corpo técnico administrativo, envolvendo o desempenho docente; disciplinas; turma de alunos; auto avaliação dos discentes e docentes; formas de articulação curricular (Eixos Temáticos; Semestres); atividades curriculares realizadas; atividades de avaliação envolvendo coordenadores, orientadores e alunos; avaliação de setores; apoio administrativo; apoio pedagógico; infraestrutura; divulgação dos resultados do processo de avaliação; promoção de palestras e discussão da análise dos resultados obtidos e levantamento de propostas para o aperfeiçoamento da ação avaliativa.

9 – Políticas de atendimento aos estudantes (Egressos).

Ações:

A Instituição entende necessária a comunicação clara e direta entre o corpo discente e a direção, desta forma a IES adota uma “política de portas abertas” no trato com os discentes, atendendo aos discentes continuamente ou através de reuniões com os representantes de sala. Este contato com o discente permite à Instituição:

- Obter um retorno das diversas atividades propostas aos discentes;
- Informar aos discentes sobre eventuais programas ou projetos institucionais;
- Identificar as dificuldades apresentadas pelos discentes através deste atendimento e das reuniões de Colegiado de Curso;
- Ouvir sugestões e identificar pontos de melhoria;
- Posicionar os discentes sobre as expectativas de um curso superior.

Os serviços que visam acompanhamento do discente foram organizados tendo em vista que a formação acadêmica, independentemente das áreas de atuação para a qual o discente está sendo formado, deve proporcionar ao aluno a capacidade de conduzir sua postura de modo consciente e atuar junto à sociedade de forma satisfatória. Com este propósito são desenvolvidas ações incentivadoras da participação dos discentes em: Palestras e reuniões; acompanhamento psicopedagógico; Programa de Iniciação Científica para divulgação de trabalhos e

produções de alunos; Programa de Avaliação Continuada para realização da auto avaliação do curso, momento em que as informações prestadas pelos alunos são relevantes no processo de melhoria da qualidade no curso. O acompanhamento de egressos ocorre atendendo às necessidades do sistema avaliativo, visando socializar as experiências na atuação profissional e fornecer subsídios para a reestruturação curricular do mesmo. Assim, vários procedimentos são utilizados, tais como: manutenção de mala direta, divulgação na mídia em geral convidando para atividades de lazer e tecno-científicas, feiras, mostras universitárias, avaliação pela Comissão Própria de Avaliação, onde são realizadas pesquisas que fazem levantamento da situação atual do egresso.

10 – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Ações:

A instituição mantenedora da IES possui em sua estrutura organizacional uma Direitoria Administrativa, composta por profissional que tem por objetivo assessorar e auxiliar a mantenedora na continuidade de oferecimento da educação Superior. Dessa forma, a instituição conta com os seguintes instrumentos para tomada de decisões financeiras:

1. Planejamento Estratégico;
2. Projeto Político-Pedagógico Institucional;
3. Plano de Desenvolvimento Institucional;
4. Relatórios e Demonstrações Contábeis;
5. Fluxo de Caixa;

A prática do planejamento na instituição, qualquer que seja sua natureza, é participativa e envolve profissionais e/ou órgãos colegiados de sua estrutura inclusive membros da CPA.